

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS I CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JAQUELINE AVELINO DAS MERCES BARBOSA

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: uma análise da concepção presente no debate de Giovanni Alves e Ricardo Antunes.

CAMPINA GRANDE/PB 2018

JAQUELINE AVELINO DAS MERCES BARBOSA

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: uma análise da concepção presente no debate de Giovanni Alves e Ricardo Antunes.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

CAMPINA GRANDE/PB ANO 2018 É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238p Barbosa, Jaqueline Avelino das Mercês.

A precarização do trabalho no contexto de crise do capital [manuscrito] : uma análise da concepção presente no debate de Giovanni Alves e Ricardo Antunes / Jaqueline Avelino Das Mercês Barbosa. - 2018.

71 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza , Departamento de Serviço Social - CCSA."

 Crise do capital. 2. Reestruturação Produtiva. 3. Precarização do trabalho. 4. Serviço social. I. Título

21. ed. CDD 331.12

Elaborada por Hellys P. M. de Sousa - CRB - 15/361

BCIA1/UEPB

JAQUELINE AVELINO DAS MERCES BARBOSA

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL: uma análise da concepção presente no debate de Giovanni Alves e Ricardo Antunes.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza

Aprovado em: <u>30/05/2018</u>

BANCA EXAMINADORA

moara lulier Supa

Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof.^a Dr.^a Terçália Suassuna Vaz Lira (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dr.° Geraldo Medeiros Júnior (Examinador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para que eu pudesse concluir esse trabalho, tendo em vista as dificuldades que sofri durante todo o percurso da formação para obtenção do titulo de Mestre em Serviço Social. Em tempos tão sombrios como os que estamos vivenciando atualmente, de retirada de direitos, precarização da vida humana, adoecimentos, etc. Poder concluir mais uma etapa da nossa infinita caminhada acadêmica, nos torna ainda mais forte e esperançosa, de que dias melhores para nós trabalhadores/as possam ser conquistados.

Por isso, dedico e agradeço o mérito de chegar até aqui á todos que fizeram parte desse momento e que compreendem o sentido verdadeiro do verbo lutar.

"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres." (Rosa Luxemburgo) (Fora Temer)

RESUMO

Este trabalho de dissertação apresentado ao programa de pós – graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba denominado: A Precarização do Trabalho no Contexto de Crise do Capital: uma análise da concepção presente no debate de Giovanni Alves e Ricardo Antunes, tem como objetivo analisar o debate do fenômeno da precarização do trabalho a partir das concepções dos estudos de Giovanni Alves e Ricardo Antunes, estudiosos da categoria trabalho nas condições históricas do capitalismo contemporâneo. A pesquisa consiste na análise bibliográfica das obras e artigos referentes a temática apresentada possibilitando uma aproximação com o debate teórico dos autores, através da leitura interpretativa dos conteúdos relevantes para o estudo. Procurou-se adentrar a discussão da crise do modo de produção capitalista e as suas repercussões para a classe – que - vive do – trabalho. Para isso identificou-se como a crise do capital e a reestruturação produtiva teve impactos diretos sobre a precarização no mundo do trabalho, na ordem mundial e na particularidade brasileira. A partir das concepções de Alves e Antunes, autores de filiação marxista buscou - se problematizar o processo de precarização do trabalho e suas repercussões, como fenômeno importante na contemporaneidade. As análises demonstram que, o capitalismo em suas décadas mais recentes, vem apresentando um movimento tendencial em que a flexibilização, terceirização, a informalidade e o desemprego são mecanismos vitais, para o processo de precarização estrutural do trabalho, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lógica destrutiva do capital. Neste sentido, o estudo busca contribuir na sistematização do debate acerca da precarização do trabalho, auxiliando nos estudos do/a assistente social como trabalhador/a assalariado incluso em todo este processo de exploração e precarização do trabalho. Por fim pretendeuse nesse trabalho fomentar a produção de conhecimento do Serviço Social e áreas afins, constatando a importante contribuição das obras dos autores referendados sobre o pretenso debate da precarização do trabalho, assim como, a centralidade da categoria trabalho nas relações sociais capitalistas e o potencial revolucionário da classe trabalhadora.

Palavras Chaves: Crise do Capital, Reestruturação Produtiva, Precarização do Trabalho.

ABSTRACT

This work of dissertation presented to the post - graduate program in Social Service of the State University of Paraíba denominated: Work and Social Work: an analysis of the conception of precarization of the work present in the debate of the profession has as objective to analyze the debate of the phenomenon of the precarization of the work in the field of Social Service from the conceptions of the studies of Giovanni Alves and Ricardo Antunes studious authors of the category work in the historical conditions of the contemporary capitalism. The research consisted of the bibliographical analysis of the works and articles referring to the thematic presented, allowing the theoretical deepening, through the interpretative reading of the contents relevant to the study. We tried to enter the discussion of the crisis of the capitalist mode of production, and its repercussions for the class - that - lives - of - work. For this, it was identified as the crisis of capital and productive restructuring had direct impacts on the precariousness in the world of work, in the world order and in Brazilian particularity. From the conceptions of Alves and Antunes, authors of Marxist affiliation sought to problematize the process of precarization of work and its repercussions, as an important phenomenon in contemporary times. Analyzes show that capitalism in its most recent decades has been presenting a trend in which flexibilization, outsourcing, informality and unemployment are vital mechanisms for the process of structural precarization of work, both for preservation and for expansion of the destructive logic of capital. Judging by the importance of this study, the research seeks to help in the debate about the relations and working conditions of the social worker as a salaried worker included in this whole process of exploitation and precarization of work, in order to contribute to the academic formation and therefore professional practice. Finally, it was intended to foster the production of knowledge of Social Work and related areas, noting the important contribution of the works of the authors referendedos on the alleged debate of the precariousness of work, as well as the centrality of the category of work in capitalist social relations and the revolutionary potential of the working class.

Keywords: Capital Crisis, Productive Restructuring, Precarization of Labor, Social Work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO10
2 CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA OS IMPACTOS SOBRE A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO15
2.1 A Crise atual do Capital e as tendências da reestruturação produtiva para o mundo do trabalho
2.2 A precarização do trabalho no contexto de crise estrutural do capital na particularidade brasileira
3 O DEBATE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE GIOVANNI ALVES E RICARDO ANTUNES52
3.1 A precarização do trabalho: o debate enquanto categoria teórica54
4 CONSIDERAÇÕESFINAIS64
REFERÊNCIAS67

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado nesta dissertação resulta de um processo de sucessivas aproximações construídas a partir dos estudos desenvolvidos no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. A temática do Trabalho é para o Serviço Social um tema central de análise e interpretação por apreender o trabalho como uma categoria central de investigação da sociabilidade humana.

O modo de produção capitalista, a partir do seu processo de desenvolvimento, crise e reestruturação, vem determinando, de maneira perversa, um conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas, as quais afetam diretamente a vida da "classe – que – vive – do - trabalho". Consideramos como um dos aspectos centrais desse processo a precarização do trabalho, temática que estamos nos aproximando desde a graduação quando apresentamos nossos primeiros ensaios, no Trabalho de Conclusão de Curso¹ e que nos despertou o interesse de análise, diante das expressões da crise estrutural do capital sobre o conjunto da classe trabalhadora.

O estudo do fenômeno da precarização do trabalho assume relevância por nos apresentar elementos importantes de análise do atual estágio do modo de produção capitalista em razão da crise capitalista que já evidencia suas repercussões em todo o mundo. É uma crise que, desde a década de 1970, se expande por todos os países centrais e periféricos, tomando dimensões estruturais, sem perspectiva de superação.

Além disso, as transformações operadas pelo capital nas últimas décadas têm como característica comum o aprofundamento da precarização estrutural do trabalho, que assume particularidades na realidade brasileira, frente às condições de inserção do Brasil na lógica da acumulação e apropriação da ordem do capital.

¹BARBOSA, Jaqueline Avelino Das Merces. Trabalho e Serviço Social: reflexões sobre as condições de trabalho e os impactos para o adoecimento profissional. **Universidade Estadual da Paraíba,** Campina grande, 2014.

O eixo central deste estudo é um tema atual, em virtude dos elementos de realidade evidenciados pelo fantasma do desemprego, pela crescente precarização do e no trabalho frente as condições degradantes de trabalho, com redução de salários, intensificação da jornada de trabalho, ambientes insalubres, além da crescente informalidade e a exposição às condições análogas à escravidão, expondo os/as trabalhadores/as, a cada dia mais, a situações mais agravantes de exploração do trabalho.

O mundo do trabalho tem sido foco de inúmeras pesquisas e estudos no âmbito das ciências sociais e humanas que procuram estabelecer elementos de análise neste cenário de múltiplas interpretações e calorosos debates. No campo da teoria social crítica podemos destacar que este debate tem sido fomentado por estudiosos como, Giovanni Alves e Ricardo Antunes que comportam uma significativa produção científica sobre a categoria trabalho e, por conseguinte, das suas formas de precarização, e que se propõem ao debate crítico e problematização desse fenômeno no tempo presente. Esses estudiosos estão presentes da literatura bibliográfica do Serviço Social o que tem favorecido, juntamente com outros autores, para ampliar o debate sobre o trabalho na realidade contemporânea.

Neste sentido, é importante ressaltar que o Serviço Social brasileiro, a partir do processo de ruptura com o conservadorismo empreendido nos anos 1980, tem fundamentado e direcionado seu projeto profissional na teoria social crítica, e vem acompanhando e contribuindo com o debate sobre o Trabalho no mundo contemporâneo. Essa contribuição já se expressa na literatura do Serviço Social e vem orientando a formação profissional e acadêmica da área.

Consideramos que esses autores vem exercendo influência teórica no Serviço Social no que se refere ao tema da categoria trabalho, com publicações de livros e artigos em periódicos da área do Serviço Social. Essas contribuições, só reforçam nossa justificativa da importância desses autores, para qualificar o debate da precarização do trabalho dentro do processo de formação acadêmica e profissional do Serviço Social. Desde então, várias de suas publicações vem sendo utilizadas para trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, artigos, etc.,

demonstrando a relevância dos estudos que possam contribuir para o debate da precarização do trabalho no âmbito da profissão.

Considerando esses elementos, esse estudo buscou apreender as concepções que fundamentam o debate da precarização do trabalho que estão presentes no debate da profissão e que tem influenciado a produção científica na área do Serviço Social. Neste sentido, priorizamos as publicações de Giovanni Alves e Ricardo Antunes, procurando destacar as abordagens sobre o tema no âmbito dos estudos e análises da formação acadêmica e profissional do Serviço Social.

O estudo em questão define-se como um estudo bibliográfico que se direciona numa perspectiva crítica analisando ideias e conceitos, acerca da temática Precarização do Trabalho. Nossa análise buscou aproximações sucessivas com a temática estudada, tendo como principal procedimento a leitura interpretativa das referências bibliográficas. A direção metodológica adotada tomou como referência o método crítico dialético, enquanto método de investigação e de exposição que pressupõe uma visão totalizante do real, ou seja, por meio dele tenta-se perceber os diferentes elementos sociais como interligados a uma mesma totalidade.

Em relação ao universo da pesquisa foram selecionadas obras e artigos dos referidos autores. De Giovanni Alves foram selecionados: "O novo e precário mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo", (2005); "Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaios de sociologia do trabalho" (2013); "Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito", (2011); Dimensões da reestruturação produtiva (2007); "A Condição de Proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global", (2009). Quanto a Ricardo Antunes, destacamos as publicações: "Os Sentidos do trabalho"; (2000); "Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda"; "Riqueza e miséria do trabalho no Brasil", (2006); "Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?", (2011); "A sociedade dos adoecimentos no trabalho" (2015), "Trabalho e Precarização numa ordem Neoliberal", (2001); e "A Crise, o Desemprego e alguns desafios atuais" Ainda contemplando uma publicação (2010).conjuntamente, "As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital", Alves &Antunes (2004). Os artigos selecionados foram publicados nas

revistas Katálysis, Serviço Social e Sociedade e Temporalis entre os anos de 2009 a 2016.

A relevância de um estudo dessa natureza parte da necessidade de aprofundar o debate sobre as manifestações concretas do mundo do trabalho: a questão social e suas múltiplas expressões, a exemplo do desemprego, a miséria, a pobreza, o trabalho infantil, a violência familiar, a questão da terra e da habitação, entre tantas outras, que surgem da relação antagônica entre capital X trabalho. E a profissão de Serviço Social inserida na divisão social do trabalho defronta-se no seu cotidiano e necessita compreende-lo para enfrenta-lo duplamente, enquanto profissional e enquanto trabalhador/a assalariado/a, o que impõe desafios e exigências para a profissão no âmbito da formação e exercício profissional.

Para uma melhor exposição das reflexões aqui desenvolvidas apresentamos este trabalho da seguinte forma:

Um capítulo inicial que compõe a discussão da *crise do capital, reestruturação* produtiva e os impactos sobre a precarização no mundo do trabalho, o qual apresenta uma síntese da crise atual do capital e as tendências da reestruturação produtiva para o mundo do trabalho no capitalismo global e na particularidade brasileira. Para esse debate nos apropriamos de diferentes teóricos que prestam relevantes contribuições para o fomento de estudos da crise estrutural do capital de forma que nos auxiliem na compreensão do fenômeno de precarização do trabalho e suas atuais configurações.

O capítulo terceiro que se propõe a análise sobre o debate da precarização do trabalho e as contribuições de Giovanni Alves e Ricardo Antunes. Neste momento, resgatando de forma sucinta o fundamento histórico da precarização como fenômeno próprio do modo de produção capitalista e a sua agudização, diante da reestruturação produtiva do novo modelo de acumulação flexível do capital, destacando os fenômenos da terceirização, flexibilização, da informalidade e do desemprego estrutural nesse processo. Fomentando o debate da precarização do trabalho no país e no mundo enquanto categoria teórica.

Por fim, apresentamos as aproximações conclusivas que demonstram que, as discussões e análises acerca do tema da precarização do trabalho desenvolvidas

por Alves e Antunes apresentam uma conformidade e similaridade. Os autores demarcam suas análises nas condições históricas do capitalismo global em sua etapa de crise estrutural, aprofundando o estudo sobre as transformações societárias ocorridas no decorrer das últimas décadas caracterizadas pela precarização estrutural do trabalho e pelo desemprego estrutural no contexto da mundialização e financeirização do capital.

Para o Serviço Social torna-se fundamental a apropriação qualificada do debate da precarização e da centralidade da categoria trabalho, tendo em vista que o debate predominante da gênese da profissão, por algum tempo, impediu a apreensão da sua inserção no mundo do trabalho na condição de trabalhador/a assalariado/a.

2. CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS IMPACTOS SOBRE A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.

Neste capítulo procuraremos sistematizar, em linhas gerais, as tendências da atual crise capitalista e os impactos mais significativos para o mundo do trabalho. É importante ter como ponto de partida, tendo como referência Mandel (1990), que a crise do capital deve ser entendida, não apenas com períodos de recessão generalizada, de caráter cíclico, mas também com seu período de retomada econômica que ocorrem no interior de uma onda longa de tendências depressivas, tais como as iniciada no final da década de 1970.

Acontece que, mesmo diante de períodos de crescimento econômico, a lucratividade do capital tende a não ser sustentável, por um longo período, o que o leva a promover sob diversas formas, reestruturações na organização dos setores produtivos, mercado de trabalho, e ainda, nas estruturas políticas do Estado, objetivando criar novas condições para acumulação do capital.

Desta forma o mundo do trabalho é atingido, fundamentalmente, pelo impacto de um complexo de transformações produtivas, de natureza tecnológica - organizacional, que desenvolve alterações de profundo alcance nas dimensões objetivas e subjetivas da classe trabalhadora.

Essas mudanças ocorreram originalmente no interior de grandes empresas, onde o movimento operário sindical construiu ao longo da história, uma grande organização de luta e resistência política, promovendo alterações significativas na capacidade de organização e confronto da classe trabalhadora mais organizada.

De acordo com Mandel (1990), a crise descarrega todo seu peso sobre os trabalhadores, forçando-os a aceitar recuos de direitos e benefícios conquistados durante anos de enfretamento. Todavia, o grau de consciência e organização da classe trabalhadora é que, em última instância, delimita o grau das investidas do capital sobre o trabalho durante os períodos de crise.

Com efeito, o aumento do desemprego estrutural e a multiplicação de trabalhos precários em todos os setores da economia mundial dos países

considerados do primeiro mundo (centrais), e os de terceiro mundo (periféricos) são resultado da ofensiva do capital, na produção das políticas neoliberais que almejam constituir uma nova base de acumulação do capital, as custas do aprofundamento das contradições societárias agora em escala mundial.

Deste modo, presenciamos a partir do final da década de 1970 um complexo de transformações sociais, políticas e econômicas na sociedade capitalista, movidas pelas tendências de reestruturação produtiva, na qual a base da sua essência é a flexibilidade. Configura-se num modelo fora dos padrões de produção fordista de acumulação rígida, denominado por Harvey (1992) de novo modelo de acumulação flexível.

A partir desta lógica emerge o sistema toyotista com uma série de técnicas, procedimentos e execução, apresentando falsas facilidades, incorporadas e desenvolvidas como método e gerenciamento da "qualidade total". Seus elementos básicos como: visão organizacional, eliminação de barreiras, comunicação, avaliação continua, o empoderamento do trabalhador "colaborador", desenvolveram técnicas em várias atividades de organização produtiva, as quais passaram a ser adotadas não apenas na produção, mas nos setores de serviço e até pelo próprio Estado neoliberal.

De fato, o exercício de reflexão que faremos nesse capítulo, intenciona problematizar um pouco como este complexo de transformações que atingem o mundo do trabalho, emergiu caracterizado, principalmente pela precariedade e insegurança do trabalho assalariado e pela massa crescente do desemprego, fenômenos que aprofundam a precarização do trabalho. A proposta é refletir como o capital tende a intensificar a exploração do trabalho, sob as mais diversas formas de flexibilização, componente essencial da reestruturação, em resposta a sua crise.

2.1 A Crise atual do Capital e as tendências da reestruturação produtiva para o mundo do trabalho.

O fundamento principal da existência das crises cíclicas no modo de produção capitalista está em sua contradição central na relação capital/trabalho. Nessa relação, o capitalista, proprietário dos meios fundamentais de produção, obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho nas condições impostas a ele em troca de um salário.

Nesta relação, o capital empenha-se na busca incessante de lucros, procura valorizar-se por meio da exploração do trabalho excedente, porque, diferente de outras mercadorias, a força de trabalho é para o capital a base elementar na criação de valor. Por isso, ao capital interessa aumentar,

[...] o tempo de sobretrabalho da massa, mediante todos os recursos da arte e da ciência posto que sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de sobretrabalho, uma vez que seu objetivo é diretamente o valor e não o valor de uso (MARX, 1986, p. 229).

Marx (1996) afirma que, para expandir seus lucros, o capital está sempre buscando novos meios e estratégias de aumentar sua produtividade, por meio da implementação em suas bases produtivas como: o aumento da composição orgânica do capital, inovações técnicas ou tecnológicas, ou ainda, alterando as formas de organização do trabalho no interior da produção. O capitalista paga ao trabalhador apenas o necessário para que ele consiga sobreviver e tão logo disponibilize novamente sua força de trabalho, para produzir cada vez mais mercadorias. A quantidade de trabalho excedente não pago a esse trabalhador resulta no que Marx (1996) denominou de mais-valia, extraída sob a forma absoluta e/ou relativa².

É a partir da extração da mais-valia que o capitalista retira o seu lucro, que regido sobre a lei do valor, que deve estar em constante expansão, ou seja,

A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. (MARX 1996, p. 841)

A história nos mostra que o modo de produção capitalista tem enfrentado períodos cíclicos de ascensão de seu desenvolvimento, resultando sempre em

-

² Para compreender as formas de Mais - valia absoluta e ou relativa ler Capítulo 14 do Capital livro I de Karl Marx.

crises no próprio sistema, as quais se apresentam em períodos alternados de progresso seguidos de depressão.

De acordo com Braz e Netto (2006), nas sociedades pré-capitalistas, as crises resultavam da destruição dos produtores diretos (força de trabalho), ou dos meios de produção, devido às grandes epidemias de doença, ou por conta das catástrofes sociais como as guerras.

A consequência imediata dessas crises é uma carência generalizada dos bens necessários a vida social, mais exatamente, tais crises indicam uma insuficiência na produção de valores de uso, designadas crises de subprodução de valores de uso (BRAZ; NETTO, 2006, p. 157).

No entanto, as crises próprias do modo de produção capitalista, ocorrem ao contrário "é a redução da produção que ocasiona a diminuição da força de trabalho utilizada (isto é, o desemprego)" (BRAZ; NETTO, 2006, p. 158). No caso há uma superprodução dos valores de uso, esses valores não encontram escoamento, nem consumidores que possam trocar o seu valor de troca, ou seja, a oferta de mercadorias torna-se maior que a demanda, quando isso é posto para o sistema a tendência é estancar o volume da produção designando a *crise de superprodução*.

Assim, as crises, sob a forma conjuntural ou estrutural, expressam elementos constitutivos da essência do modo de produção capitalista, de modo que, a partir do processo de consolidação das bases do modo de produção capitalista em sua fase monopolista³ são cada vez mais curtos os intervalos de sua duração.

Desde o início do século XIX, período em que surgiu a grande indústria mecânica, que o curso da reprodução ampliada do capital é interrompido constantemente pelas crises econômicas.

Conforme Mandel (1990),

a superprodução significa que, o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse aos seus proprietários o lucro médio esperado (MANDEL, 1990, p. 212).

³ Braverman (1987) constata que, o capitalismo monopolista teve início nas últimas duas décadas do século XIX, sua gênese residiu sob a forma dos primeiros trustes e cartéis, a partir dessas iniciativas a estrutura da moderna indústria capitalista tomou forma. Conforme o autor, o capitalismo monopolista abrange o aumento das organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o Imperialismo, o mercado mundial, o movimento mundial do capital e mudanças na estrutura do poder estatal (BRAVERMAN, 1987, p 226).

De acordo com Gorender e Almeida (1961), as crises de superprodução resultam em largas quantidades de mercadorias entulhadas em depósitos. Centenas de empresas são fechadas dispensando operários e diminuindo a produção. A falta de escoamento para as mercadorias produzidas em excesso leva ao prejuízo no comércio, rompendo as relações de crédito. Os capitalistas não dispõem de dinheiro em mãos para os pagamentos, derrubando as bolsas de valores. Caem aceleradamente as cotações das ações e de outros títulos. Espalhando-se a onda longa depressiva de falência de indústrias, comerciais e bancárias.

Segundo os autores a mais profunda crise de superprodução que marcou o começo da passagem do capitalismo pré-monopolista para o capitalismo monopolista foi registrada em 1873, que atingiu os principais países da Europa e da América Central. Desde estão, um ciclo de crises em curtos espaços de tempo atingem as principais vias de reprodução e acumulação ampliada capitalista. No século XX ocorreram crises diversas em determinados períodos e lugares, sendo que daremos destaque as de maiores repercussões, as quais contribuíram para o patamar da crise estrutural que presenciamos nos dias atuais.

2.1.1 O Fundamento das Crises Capitalista de Superprodução da grande depressão de 1929 ao Fordismo.

A crise de 1929 representou na história do capitalismo do século XX uma devastação da economia mundial, conhecida como a "Grande Depressão". Os resultados foram à pobreza generalizada das massas, uma drástica desvalorização e a aniquilação de capitais e mercadorias. Dando início à uma longa depressão na economia mundial que teve efeitos catastróficos para a classe trabalhadora.

Conforme afirma Choma (2008),

Entre 1929 e 1931, a produção norte-americana de automóveis caiu pela metade. A produção industrial dos EUA caiu em um terço no mesmo

período. Entre 1929 e 1932, as exportações e importações (trigo, seda, borracha, chá, cobre, algodão, café etc.) despencaram em taxas de 70%. Em 1929, apenas nos EUA, 4,6 milhões de trabalhadores tinham perdido seus empregos. Em outubro de 1931, eram 7,8 milhões; em 1932, somavam 11,6 milhões; e em 1933 havia nos EUA 16 milhões de desempregados, 27% de toda força de trabalho do país (CHOMA, 2008, p.01).

Segundo Choma (2008), a Grande Depressão também atingiu os trabalhadores da Europa. No seu pior momento, entre os anos de 1932 e 1933, o desemprego chegou a níveis nunca vistos na história desse modo de produção. Na Inglaterra, o índice chegava a 23% e na Alemanha, a taxa de desemprego atingiu os espantosos 44%.

A crise se expandiu para todo o sistema capitalista, houve uma queda na produção básica de alimentos e matérias-primas devido à queda vertiginosa dos preços destes produtos. No Brasil as repercussões da crise aconteceram, quando o governo queimou os estoques de café (principal produto de exportação do país) em locomotivas a vapor numa inútil tentativa de frear a queda dos preços do produto.

De acordo com Choma (2008), a quebra da Bolsa de Valores de Nova lorque não só iniciou uma profunda depressão econômica internacional que perdurou por toda a década de 1930, como também aprofundou os enormes conflitos interimperialistas, abrindo caminho para uma nova guerra mundial. A crise colocou em xeque as estruturas de dominação burguesa, expondo as relações de exploração que permitiam a realização dos lucros.

Assim, segundo Choma (2008), esse cenário produziu um grande movimento contra esse sistema de dominação. Não seria mais possível sustentar as migalhas de antes e tampouco a cobertura democrática que oculta o horror da exploração. A depressão econômica gerou uma radicalização do cenário político e o confronto direto entre as opções pelo socialismo. Ao mesmo tempo, o prestígio da União Soviética crescia entre as massas e a opção pelo socialismo ganhou enorme audiência entre os trabalhadores. O movimento operário, na América e na Europa, foi à luta. E foi o destino destas lutas que, em grande medida, selou o cenário político dos anos seguintes.

De acordo com Negri (2003), a crise de 1929 é resultado direto da Revolução Russa de 1917, e da definitiva constituição da classe operária como sujeito político. Não bastava mais a "mão invisível" do liberalismo econômico de Smith para regulação do mercado, daquele momento em diante seria necessário negociar com a classe operária. A Revolução Russa precisava ser enfrentada pelos Estados capitalistas, diante da ameaça comunista que criou um ponto de identificação política para a classe operária internacional.

A resposta do capital a essa ameaça trazida pela revolução comunista foi a mesma dada até então. Primeiro o uso de repressão violenta para derrotar o movimento político da classe operária e em seguida, a reabsorção da força de trabalho mediante a implementação da política intervencionista de Keynes. Foi neste movimento de coerção e consenso, que pode ser observado nos EUA, na primeira metade do século XX, a difusão do fordismo.

Conforme Negri⁴ (2003), a hegemonia dos Estados Unidos entre os países capitalistas no pós-guerra marcou a consolidação de dois movimentos iniciados na economia norte americana no período entre as guerras: a expansão do fordismo, caracterizado pela racionalização do trabalho e elevação de salários para a produção e consumo em massa, e a legitimação do Estado para intervir na economia através das políticas keynesianas constituindo, o que se pode considerar, o Estado capitalista contemporâneo.

Segundo Negri (2003), o Estado, através das políticas keynesianas, ocupou todos os espaços da vida social para organização da produção e do trabalho e para a ordenação da vida da população. Passou a regular os investimentos e a demanda

1

⁴ Para esclarecimento do rigor teórico-metodológico desse trabalho, concordamos com as críticas feitas por diversos autores marxistas as concepções de Negri, os quais demonstram que suas teorias nem são revolucionárias nem sequer "progressistas" no sentido de contestarem a forma contemporânea de controle do capital. O conceito de "trabalho imaterial" é inaproveitável para a crítica radical do mundo em que vivemos, tanto por ser uma contradição em termos como ainda por estar carregado de um conteúdo ideológico conservador. Sua metodologia, sua concepção da história, suas propostas éticas, sua interpretação do presente, etc. são reafirmações da velha tese de que a emancipação da humanidade não requer preliminarmente a destruição da ordem do capital. De modo que a, sua utilização nesse estudo deu-se de forma meramente didática, com relação a sua interpretação sobre o período do fordismo que são condizentes com as demais análises sobre esse período sócio - histórico.

assumindo o controle do mercado nacional e a prestação de diversos serviços subordinando todas as articulações produtivas e reprodutivas da sociedade.

O autor ressalta que combinado com o fordismo, o *Welfare State*, constitui-se com uma série de políticas estatais e investimentos governamentais, a fim de cobrir riscos sociais como desemprego, doenças, etc. Criou-se na estrutura do Estado uma série de serviços para a população, condições adequadas de moradia, saúde, educação e formação profissional. Além da valorização salarial nos países de capitalismo avançado visando o controle e passivização da classe operária e de transformá-la numa grande massa de consumidores.

De acordo com Negri (2003), o fordismo aliou-se ao taylorismo, definido como uma técnica de racionalização do processo de trabalho, com efetivo ganho de produtividade através da decomposição e massificação da força de trabalho, aliada a separação do trabalho manual do intelectual. Essa técnica valeu-se da simplificação das tarefas do operário e sua execução na forma de gestos repetitivos. O resultado de todas essas investidas foi a transformação do operário massa, incapaz de se reconhecer no resultado do seu trabalho e com pouquíssima capacidade de interferir no processo produtivo. Por outro lado foi capturado por uma rede de relações sociais destinadas a mantê-lo, submetido ao novo método de produção, não somente pela coerção, mas também pelo consenso. No entanto, as tentativas de controle das massas operárias pelo capitalismo do "compromisso" e controle social democrata, viu-se ameaçado, pelo contraditório processo de massificação e proletarização dos trabalhadores.

De acordo com Harvey (1992), no período de 1965 a 1973 fica aparente a ineficiência do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições do capitalismo. Devido aos diversos problemas com a rigidez do modelo de produção, seja dos investimentos de capital fixo de longo prazo ou nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho, os EUA estavam com poucas alternativas para quebrar essa rigidez. Todas as vezes que se tentava quebrar essa problemática, ocorria uma onda de greves. O único instrumento flexível do governo acabou sendo a política monetária, com a capacidade de imprimir moeda em qualquer montante para manter a economia estável.

Segundo Harvey (1992), a crescente expansão no pós-guerra permaneceu e, associada a isso, uma política monetária extremamente frouxa por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. Esse sistema estava criando no capitalismo um excesso de fundos, com poucas áreas produtivas para investimento. Esse excesso de fundos em contraposição ao fraco investimento significava uma forte inflação. A tentativa de frear esse processo inflacionário crescente, em 1973, levou a uma capacidade excedente nas economias ocidentais, acarretando em uma crise nos mercados imobiliários e grandes dificuldades nas instituições financeiras.

Em contrapartida com as economias reconstruídas pós – segunda guerra os países da Europa e Japão deixaram de ser consumidores da indústria americana e passaram a constituir mercados concorrentes na busca por novas fronteiras, momento em que o fordismo começou a demonstrar indícios de sérios problemas estruturais.

Segundo Harvey (1992), ocorreu também nesse período, as políticas de substituição de importações nos países do terceiro mundo, particularmente na América Latina. Juntamente com os Tigres Asiáticos, esses países, com seus contratos de trabalho fracos ou inexistentes, passaram também a entrar na concorrência internacional da busca por mercados.

O cenário político teve forte impacto para o declínio do fordismo, as ações da classe trabalhadora avançaram em meio às tensões da luta entre empresários e trabalhadores, questionando os pilares constitutivos da ordem capitalista vigente ao controle social da produção. Assim, a possibilidade real de domínio e construção de uma sociabilidade advindas das lutas do trabalho tornava-se cada dia mais viável. Os sindicatos ainda cobravam a manutenção dos salários elevados, mesmo diante da queda da produtividade das empresas capitalistas. "Tratava-se, na realidade, de uma resistência, cujo conteúdo político era manifestado num certo esgotamento desta forma de controle do capital sobre o trabalho" (DRUCK, 1999, p. 59).

As demandas trabalhistas dirigidas através dos sistemas institucionalizados de relações industriais e da representação política oferecida pelo *Welfare State* keynesiano como direitos sociais à saúde, educação, seguro social, etc.

sofreram um processo de desregulamentação, impulsionando o capital a buscar novas formas de reproduzir e sair da recessão, de superar as barreiras do Estado burguês e se mundializar.

Todos estes fatores, além do choque do petróleo na década de 1970 que contribuiu para o processo inflacionário, são indicadores da crise do fordismo. Essa crise demandou uma reestruturação produtiva caracterizada por uma inversão de perspectiva, por desafios lançados ao movimento operário, pela ruptura do compromisso social do período pós-guerra, pela fragmentação do proletariado e pela flexibilização/precarização do trabalho e da organização do trabalho.

As desigualdades resultantes desse processo produziram uma série de tensões sociais, por parte dos excluídos. A incapacidade de gerar novos empregos e o tão sonhado poder de consumo em massa dava fortes sinais de esgotamento, na medida em que crescia o desenvolvimento tecnológico aumentava-se a redução dos postos de trabalho (HARVEY, 1992, p. 132).

Estavam dadas as bases de mais uma crise de superprodução considerada por Mészaros (2002) como uma crise estrutural do capital. Resultado de um movimento que engloba a queda na taxa de lucro, aumentos da composição orgânica do capital, aumento de produção excedente, subconsumo, superacumulação de capitais, e superaquecimento. Todavia nenhum desses elementos, embora sejam cruciais para o desenvolvimento, não podem sozinhos, explicar a crise. Ela não pode ser reduzida a um único desses elementos, e sim pelo seu conjunto.

De acordo com Bihr (1998), o compromisso fordista foi viável enquanto sua base material também foi. Assim.

no espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial, e da vida social e política, começou a tomar forma (HARVEY 1992, p. 140).

De acordo com Mészáros (2002), depois de um longo período dominado pelas tradicionais crises cíclicas⁵, que alternavam momentos de expansão e

-

De acordo com Gorender; Almeida (1961), as crises cíclicas capitalistas de superprodução repetem-se com determinados intervalos de 8 a 12 anos, a inevitabilidade das crises é determinada pelas leis econômicas gerais do modo de produção capitalista, em todos os países que seguem seu padrão, ao mesmo tempo, o curso de cada crise suas formas de manifestação e particularidades, dependem também das condições de desenvolvimento deste ou daquele país. O período entre o começo de uma crise e o começo de outra denomina-se ciclo, que consiste de quatro fases: crise,

recessão, o sistema capitalista atravessa neste momento uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, indicando a ativação dos limites estruturais absolutos do "sistema sociometabólico do capital" (Mészáros, 2002).

2.1.2 Do Fordismo/Taylorismo à Acumulação flexível

Para Mészáros (2009), a crise que vivenciamos hoje se diferencia da natureza de outras crises. Segundo sua análise, não há mais intervalos cíclicos entre expansão e recessão. A própria realização do valor foi acometida pela lógica irrefutável de valorização do capital, que corrói as engrenagens do "sistema sociometabólico", à degradação do trabalho e da natureza às "consequências destrutivas", que mais e mais se intensificam devido ao inerente distanciamento da produção voltada às necessidades sociais, humanas, diferentes daquelas dominantes, voltadas para a desmedida reprodução do valor.

Instala-se uma crise que tem aprofundado a histórica separação entre produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital, ampliando suas características destrutivas e recolocando como imperativo vital para o futuro da humanidade, a busca por uma alternativa de controle, como explicita Meszáros (2002):

> É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções da reprodução social - das relações de gênero e família, até a produção material e a criação das obras de arte, a exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja, de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como um sistema de mediação sociometabólico (MÈSZAROS, 2002, p. 188 a 189).

Para o referido autor, a atual incapacidade do capital encontrar soluções duráveis para sua crise estrutural abre possibilidades históricas para uma reativação, da necessidade de ir para além do capital, superando a forma alienada de intercâmbio orgânico com a natureza através da restituição do controle social da produção pelos produtores diretos no caso a "classe-que - vive - do - trabalho", como denomina Antunes (2000).

depressão, reanimação e ascenso. A fase fundamental do ciclo é a crise, que constitui o ponto de partida do novo ciclo. Representam a solução violenta e temporária das contradições existentes entre capital/trabalho em seu antagonismo de classe, as crises acompanham inevitavelmente o capitalismo, elas sempre existiram e não podem ser eliminadas enquanto predominar esse modo de produção.

Segundo Meszáros (2002), a crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 1970 se relaciona com conturbações cada vez maiores,

[...] Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também prenuncia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema, diante da sua incapacidade de encontrar soluções duráveis, abrindo possibilidades históricas para uma reativação da alternativa ⁶socialista no mundo (MÉSZÁROS 2002, p. 799).

Fazendo-se necessário para o capital "progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação de classe" (Meszáros, 2002, p. 795). Isso porque a atual crise do capital, comandada por sua fração financeira, não terá outra resposta que não seja a de fomentar a redução brutal de direitos em todas as suas esferas, a desumanização contínua daqueles que vendem a sua força de trabalho e o aumento do controle e da repressão.

A análise das tendências estruturais do capitalismo, em seu conjunto, indica claramente que podemos estar no início de um longo período de destruição e declínio das forças produtivas, em que o capital não terá outra saída senão utilizar os mais violentos meios a seu alcance para restaurar as condições de reprodução ampliada.

De acordo com Mandel (1990), esse efeito, "gera o movimento cumulativo da crise: redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção, das encomendas (...)" (MANDEL, 1990, p. 212) gerando assim, uma nova espiral. Esse movimento se observa nos dois principais fundamentos da economia: o produtor dos meios de produção e o produtor dos meios de consumo.

É um movimento que resulta em consequências para o trabalho contratado e regulamentado, vigentes no regime fordista, que foi dominante no século XX, e que está sendo substituído pelas diversas categorias de trabalho, como:

٠

⁶Sobre a alternativa via Socialismo Meszáros (2002), sinaliza que, as experiências do chamado "socialismo real", ao confundirem a mera "expropriação dos expropriadores" com o horizonte da transformação socialista, proporcionaram uma sobrevida ao capital, Por isso, Mészáros faz um alerta ao movimento socialista no século XXI, não basta acabar com o capitalismo enquanto forma política de dominação de uma classe sobre outra para que a sociedade socialista seja criada de maneira sustentável, faz-se necessário ir para além do capital, superando a forma alienada de intercâmbio orgânico com a natureza através da restituição do controle social da produção pelos produtores diretos.

empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário, trabalho atípico, formas que mascaram frequentemente a exploração do trabalho, ampliando também o desemprego estrutural em escala mundial, que atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou temporários, formais ou informais, ampliando o processo de precarização do trabalho.

As referências ao modelo de desenvolvimento capitalista fordista carregam uma herança que contribuiu para,

O domínio do processo de trabalho permitindo ao capital a intensificação da exploração da força de trabalho, com a parcelização possibilitou o adestramento de cada operário de modo a diminuir o tempo morto de cada atividade e a aumentar a intensidade do trabalho, constituindo a figura do operário - massa, do trabalhador coletivo fabril (MARCELINO 2004, p. 43).

A passagem para um novo regime de produção chamada por Harvey (1992) de *acumulação flexível*, marca um confronto direto com a rigidez do fordismo, emerge um modelo de produção que caracteriza-se, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Segundo o autor Há uma necessidade de desregulamentação ampla, monopolização de vários setores industriais, flexibilização dos direitos trabalhistas, e heterogeneização do mercado de consumo.

Conforme Chesnais (1996), uma das consequências mais importantes da liberalização e da desregulamentação do novo regime de acumulação foi a quase completa perda de controle pelos bancos centrais.

De acordo como autor,

as taxas a médio e longo prazo são estabelecidas exclusivamente pelos operadores mais poderosos, que comandam as tendências dos mercados financeiros, fundos de investimento, em particular, os fundos de pensão" (CHESNAIS 1996, p.261).

Como já observara Marx (1983), o capital produtivo se vê dependente do capital financeiro, ou parasitário como "uma massa organizada e concentrada de capital-dinheiro que, ao contrário da produção real, está colocada sob controle dos

banqueiros" (MARX, 1983, p. 213). Com isso o capital financeiro partilha sempre de uma parte da mais-valia, que é o lucro, gerado pela reprodução ampliada do capital.

Retomando as análises de Chesnais (1996), sobre este movimento do capital, ele destaca que o nível da partilha da mais-valia vai depender do grau de centralização e concentração atingido pelo capital financeiro. "A mundialização financeira elevou essa capacidade ao grau mais alto que já teve" (CHESNAIS, 1996, p. 247). As dimensões dessa mundialização financeira permite gerenciar a instabilidade das taxas de juros, e do câmbio, mas muito mais do que isso, passar de um segmento do mercado interno para outras taxas variável e fixa, mercado à vista e à prazo, e também passar cada vez mais facilmente de uma moeda para outra.

Esse movimento de desregulamentação e as inovações no mercado convergiram para dar garantias aos operadores contra incerteza, e também para lhes permitir ultrapassar as divisas mundiais e, portanto terem, de saída, a multidivisão pela globalização do mercado (CHESNAIS 1996, p.261).

Seguindo está interpretação a mundialização representou a abertura dos mercados nacionais e internacionais. O avanço dos grandes oligopólios mundiais representa nesse contexto, "o resultado de um movimento de conjunto no qual os acontecimentos políticos cumpriram um papel muito importante e necessário" (CHESNAIS 1996, p.116).

Significou,

a recuperação das liberdades de ações, em particular a de poder organizar a produção, integrando as vantagens proporcionadas por diferentes aparatos produtivos ou sistemas nacionais de inovação, e explorando os diferenciais custos de força de trabalho (CHESNAIS 1996, p.116).

Conforme afirma Mandel (1990), os países capitalistas viram na União Soviética Socialista a possibilidade de escoamento da produção e redução dos estoques, ambos estagnados pela recessão, as exportações para esses países, realizado pelos principais países imperialistas, Estados Unidos, Japão, França, Grã-Bretanha, Itália, representava uma luz no fim do túnel da crise. A expansão das exportações para os países do Leste Europeu, como mercado de substituição, abriu os horizontes, de compensação a retração na demanda interna. "As exportações dos

países capitalistas para os socialistas conheceram de fato uma expansão considerável entre 1974/75" (MANDEL, 1990, p121). Essas medidas de abertura do mercado mundial e de avanço dos grandes oligopólios financeiros industriais vieram acompanhadas do componente político de fracasso das políticas estatais do *Welfare State*.

Na realidade o que permaneceu do antigo regime em detrimento das alterações sofridas do Estado no novo complexo de acumulação flexível, foi à continuidade da orientação política geral na salvaguarda da reprodução do capital social total.

Uma exigência vital, na medida em que o capital fruto de uma relação social, só pode existir se houver uma tal imposição de poder que lhe dê as garantias políticas necessárias para que assegure, sem abalos, o êxito na exploração do trabalho e na acumulação da riqueza dele extraída (PANIAGO, 2009, p. 7).

Em geral para o capitalismo somente seria possível superar a crise do fordismo a partir de uma forma renovada de ajustamento a lei da acumulação, como destaca Braga (1996, p. 135), "o sistema deve criar novas condições de produção e intercâmbio, que provoquem uma elevação duradoura e massiva da taxa de maisvalia". Isso somente poderia ser realizado caso o processo de trabalho fosse modificado de forma a transformar radicalmente as condições de produção dos meios de consumo coletivo.

Essas transformações tornaram-se possível pela adoção da principal via da reestruturação produtiva a implantação do modelo *toyotista* de produção. Diante da crise do fordismo, as empresas capitalistas americanas e da Europa ocidental foram buscar, na incorporação de algumas características do modelo japonês, saídas para a queda do nível de produtividade e acumulação e essas saídas tiveram como consequência um profundo processo de reestruturação produtiva de flexibilização do mundo do trabalho.

De acordo com Druck (1999) o toyotismo, como via japonesa de expansão e consolidação, é uma forma de organização do trabalho que nasceu na Toyota, no Japão do pós-45, e que, muito rapidamente se propaga para as grandes companhias daquele país. O toyotismo é o modo de organização do trabalho e da

produção capitalista adequado à era das novas máquinas da automação flexível, que constituem uma nova base técnica para o sistema do capital, e da crise estrutural de superprodução, com seus mercados restritos.

Este processo, possibilitou uma ampla reestruturação da gestão do processo produtivo, das formas de emprego, das técnicas e a exploração da força de trabalho, houve um crescente redução do proletariado fabril estável, decorrente da reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo; o incremento do "novo proletariado", do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado e que se compõe de terceirizados, subcontratados, trabalhadores em *part-time* e várias outras formas assemelhadas em todo o mundo. "O toyotismo apropriou-se intensamente da dimensão intelectual do trabalho que emerge do chão da fábrica que o fordismo desprezava" (ANTUNES, 1999, p. 206).

Druck (1999) afirma que, nesse processo de reestruturação produtiva, podemos observar um decréscimo relativo de determinados setores produtivos (siderurgia, têxteis, metalúrgicas, automobilística, etc.) e a expansão e crescimento de novos setores como os de *serviços*⁷, (informática, *call center*, burocráticos, financeiros, etc.).

Esses setores passam a incorporar parte dos trabalhadores advindos do setor produtivo, vítimas do processo de automação e da flexibilização, mediante a implementação das novas tecnologias que exigem cada vez mais profissionais qualificados e polivalentes. Essa incorporação também decorre devido a uma tendência de intensificar a separação e oposição entre os trabalhadores responsáveis por pensar e planejar a produção e aqueles que, de fato produzem a mercadoria. Por um lado, os que programam e realizam a manutenção, no outro, os que executam a atividade produtiva, resultando em um maior número de

⁷Para Mandel (1985), existe uma expansão do setor de serviços em detrimento do enxugamento do trabalho na indústria, dentre outros fatores, devido ao avanço tecnológico gerido pelo capital. Na atual faço do capitalismo, "uma divisão cada voz major do trabalho só pado sor efetivada se as tendências

setores de comércio transporte e serviços em geral (MANDEL, 1985, p. 269).

fase do capitalismo, "uma divisão cada vez maior do trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências à atomização". Tecnicamente, uma divisão crescente do trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das funções intermediárias: daí a expansão sem precedentes dos

trabalhadores sendo empurrados para fora do processo produtivo, embora esse setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado.

Harvey (1992) afirma que, diante da forte mudança do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Nesse sentido, há um aumento da precarização dos postos de trabalho, evidenciada na instabilidade dos empregos, na informalização, no trabalho subcontratado e em tempo parcial e ainda na perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas.

De acordo com Antunes (2010), há uma exclusão dos jovens e idosos do mercado de trabalho nos países centrais, inclusão da força de trabalho de crianças e adolescentes, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinados, como os asiáticos e latinos americanos e a expansão daquilo que Marx denominou de "trabalho social combinado", em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços.

Conforme Nascimento (2014), nesse cenário podemos destacar a expressiva inserção da força de trabalho feminina. O padrão de acumulação flexível, juntamente com o processo de reestruturação produtiva, absorveu uma significativa parcela do trabalho feminino, como mão de obra barata, ocupando funções de menor qualificação, sendo inseridas nos espaços marcados pela informalidade e o setor de serviços, sem mencionar que as mulheres exercem uma dupla jornada trabalhando dentro e fora de casa. O capital incorpora o trabalho feminino de forma desigual, e a inserção das mulheres no mundo do trabalho como uma conquista é convertida num instrumento de desigualdade entre os sexos.

De acordo com Harvey (1992) as novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago.

Portanto, verifica-se que a expansão do trabalho feminino, a partir das formas contemporâneas de trabalho, baseadas na flexibilidade e na introdução de procedimentos tecnológicos, tem reservado às mulheres as ocupações mais precarizadas, trabalho subcontratado e parcial, marcado pela informalidade sem garantias sociais, pela desigualdade salarial, além de subordiná-las às prolongadas jornadas de trabalho.

Como afirma Nascimento (2014), tal processo acentua a raiz da acumulação capitalista, isto é, aprofunda a exploração da classe trabalhadora, pois o trabalho estável cede lugar às formas precarizadas de trabalho evidenciando uma precarização do trabalho, ainda mais intensificada do que no período da exploração fordista/taylorista, alimentando as estratégias de controle social do trabalho, a fim de garantir as suas taxas de extração de mais- valor.

No outro lado do mesmo processo de reestruturação, uma gama de sujeitos não encontra trabalho estável, formando um grande contingente de desempregados. A necessidade de produzir desemprego, como diminuição de custos, surge na raiz das próprias condições de acumulação do capital. Assim, "o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual" (MÉSZÁROS, 2009, p. 69).

Mészáros (2006) ao fazer uma análise sobre o desemprego e a precarização como desafios para a esquerda, afirma que atualmente nenhum setor do trabalho está imune a miséria do desemprego e do trabalho temporário. A mundialização do desemprego e do trabalho assalariado sustentadas na flexibilização, esconde as reais estatísticas de desemprego que aumentam também nos países de "capitalismo avançado".

A análise de Marx (1996) reconhece a funcionalidade desse contingente de trabalhadores excedentes para a acumulação do capital, um contingente de trabalhadores disponíveis, que exercem influência direta na definição dos salários e das condições de trabalho. O desemprego torna-se um importante mecanismo, para manutenção do controle do que vem sendo denominado como "trabalho precário".

Conforme Alves (2009), a ideia de precarização do trabalho como fenômeno inerente da produção do capital se manifesta da categoria "superpopulação relativa" ⁸, que na visão de Marx aparece "como exército industrial de reserva", elemento autêntico dos fundamentos de acumulação de capital. A superpopulação relativa, de acordo com Marx (1996), é o exército industrial de reserva, como também, a massa marginal que tende a crescer e conviver no interior do modo de produção de valor, como elemento compositivo de precarização estrutural da classe do trabalho.

Segundo Alves (2009), o proletariado ou classe dos trabalhadores assalariados, a "classe-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho", que compõe a totalidade viva do trabalho, objeto de exploração/espoliação/expropriação do capital, insere-se em múltiplas atividades da produção, circulação e consumo de mercadorias, inclusive da administração pública.

Continuando a reflexão do autor, o principal modo de desvalorização do trabalho vivo é produzi-lo em excesso, como mercadoria disponível para o consumo do capitalista. É uma população excedente e sobrante às necessidades de acumulação do capital, mas que possui uma funcionalidade sistêmica, desvalorizar a mercadoria "força de trabalho" e contribuir para a produção (e reprodução) da acumulação de mais - valor.

De acordo com Vasapollo (2004), o desemprego para além de ser entendido como resultado "natural" da alta produtividade obtida com o uso das novas tecnologias reflete o fraco crescimento do capital produtivo, isto porque, apesar de todo esforço para intensificar os níveis de exploração sobre os trabalhadores, o capitalismo não consegue reproduzir taxas de lucro adequadas que lhe permitam retomar o investimento e o emprego. O autor ainda ressalta que, as altas taxas de desemprego, que afeta trabalhadores de todos os níveis de qualificação e inserção no mundo do trabalho, põe em cheque, uma esfera fundamental na produção de lucros para o capitalismo, a esfera produtiva. O resultado é o expressivo movimento de financeirização do capital, em detrimento da ação produtiva, para retomada dos investimentos e da geração de emprego em escala mundial.

-

⁸ No capítulo XXIII do Livro I de "O Capital", Marx expõe os mecanismos de acumulação e seus resultados objetivos incluem-se as formas de superpopulação relativa e o exército industrial de reserva.

Neste aspecto,

como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe a difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge um grande número de trabalhadores, altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos — e cada vez mais raros — empregos disponíveis (MESZÁROS,2009, p. 69).

Desse modo, o capital carrega uma contradição, ao mesmo tempo em que tenta reduzir o trabalho necessário a um mínimo, tem como única fonte de riqueza o tempo de trabalho não-pago, a mais-valia, pela exploração do trabalhador. De acordo com Marx (1996), ele emprega a ciência e a tecnologia aumentando a sua composição orgânica tentando se livrar do trabalho vivo e, ao mesmo tempo, só mede a riqueza dentro dos limites de conservação e tempo dos valores criados pelo trabalho.

Evidencia-se que vem ocorrendo uma gradativa redução do uso da força de trabalho em todos os países, os quais se apresenta pela desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas, aumento da fragmentação e complexificação da classe trabalhadora; precarização e terceirização dos contratos de trabalho, um agravamento da pobreza, além da desregulamentação e privatização das funções do Estado.

Segundo Paniago (2009), o Estado passa agora, a ser responsabilizado eminentemente pela eclosão da crise, ou seja, por ter se envolvido excessivamente com os gastos sociais, que acabaram por produzir uma crise fiscal e uma incapacidade do mesmo, em sustentar o grau alcançado de envolvimento com a economia e com o fornecimento de benefícios sociais indiretos aos trabalhadores. Passou a ditar a implementação do ideário do *neoliberalismo* pelos países capitalistas, inicialmente no centro, e logo depois nos países considerados periféricos, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento das suas funções, políticas, fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

De acordo com Paniago (2009) o neoliberalismo, apresenta-se como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da

crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda. Essas mesmas medidas intentam realizar objetivos diversos, a depender de quais interesses de classe procuram proteger. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho.

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura "pós-moderna", bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste processo (Harvey, 1992, p.225).

A vitória de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, no final dos anos de 1970 contribuíram para implementação dos ajustes dos Estados nacionais às exigências do capital transnacional financeiro. Essas medidas ganham força no Brasil a partir da década de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello, seguido por dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, inserindo o Brasil no circuito da reestruturação produtiva e da desregulamentação das funções do Estado Brasileiro mediante as políticas de avanço neoliberal sobre o mote da flexibilização, terceirização e privatização.

Segundo Paniago (2009), essas exigências compuseram, as privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a privatização, com a transferência de funções públicas para setores públicos não estatais de natureza privada, as reformas da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária. Os direitos sociais são transferidos do âmbito do Estado para esfera do mercado, acentuando ainda mais os elementos da precarização do trabalho, já intrínsecos ao modo de produção capitalista.

Como mostra Pereira (2009), o Consenso de Washington⁹, realizado no final dos anos 1980, cunhou o neoliberalismo como um paradigma dominante, Banco

⁹ Este Consenso propunha: ajuste fiscal, para o controle inflacionário, estabilização monetária e focar em altos superávits primários e aumentar a receita; reorientar gastos públicos para investimentos de alto retorno e em capital "humano"; reforma tributária para aumentar a base tributária; controle da taxa de câmbio para estimular as exportações; abertura comercial para estimular à importações; abrir o mercado para investimento externo direto; privatizações, reduzir o patrimônio estatal e estimular o

Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento, intelectuais, entre outros sujeitos, estabelecem um acordo comum de agenda para o desenvolvimento da América Latina e Caribe com a intenção de expandi-lo para outras regiões do mundo.

De acordo com Pereira (2009) a recente crise de 2007/08 e o agravamento das desigualdades sociais, de gênero e raciais, dos conflitos por terra/água, o aumento da exploração dos recursos naturais, da exploração do trabalho, da militarização no Oriente Médio, na América Latina, a repressão dos movimentos sociais, etc., já são analisados como resultados das mudanças do papel do Estado na regulação econômica e social reafirmando a tese de Mészáros, de que mais uma vez o Estado capitalista não pode permitir obstáculos à acumulação.

No Brasil, vivemos momentos bastantes particulares basta-nos analisar os últimos 20 anos da era neoliberal aqui gerenciada por personificações do capital das mais variadas concepções ideológicas e alianças partidárias – esquerda direita ou centro – no interior do Estado.

Conforme afirma Paniago (2009), mesmo os que se apresentaram como representantes dos trabalhadores do campo popular, gerenciados com um corpo de intelectuais, administradores e sindicalistas experimentados da "esquerda", em nada modificaram a atuação do Estado. Ao invés de "refuncionalizar" o Estado voltando-o para uma atuação popular e social, foram cooptados pela lógica reprodutiva do capital e suas exigências acumulativas a qualquer preço, discussão que faremos adiante quando debatermos a particularidade brasileira no processo de precarização do trabalho¹⁰.

De fato, o trabalho e as tendências que apontam sua precarização vêm sendo alvo de importantes debates na contemporaneidade. A precarização do trabalho

investimento privado; desregulamentação da economia com vistas à redução de custos do capital privado; assegurar os direitos de propriedade privada para dar confiança à investimentos privados e estimular o mercado.

¹⁰ É relevante destacar que as formas flexíveis de trabalho implementadas no setor privado, estão cada vez mais presentes no setor público, o que significa que está havendo uma desregulamentação e uma precarização das relações de trabalho também no âmbito do emprego na esfera pública.

expressa como elemento intrínseco do modo de produção capitalista apresenta, novos desafios para o mundo do trabalho.

Nas últimas décadas, em especial a partir de 1970, em face da crise capitalista, expressa pela ofensiva do capital na produção e reprodução social por meio da reestruturação produtiva, torna-se exposta a condição de agravamento da precariedade ontológica da força de trabalho como mercadoria. Nas formas contemporâneas da era do taylorismo - fordismo e no atual modelo de acumulação flexível, a natureza dessa precarização foi apenas aperfeiçoada, tendo em vista a urgência das alterações tecnológicas e dos processos de acumulação de capital frente a sua crise.

Desse modo, entendemos que a precarização do trabalho impacta diretamente no estatuto salarial regulado que, segundo Alves (2005), no atual estágio do capitalismo desenvolvido, a precariedade salarial extrema possui um sentido mais degradante que as primeiras modalidades históricas de exploração do trabalho, tendo em vista o patamar de desenvolvimento civilizatório e o alto grau de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho. Tornando-se mais aguda e profunda o que ele próprio vai denominar de precarização estrutural do trabalho.

Para nos aproximarmos mais dessas análises, dedicamos o último tópico deste capítulo para analisar as condições sócio-históricas de crise estrutural do capital na particularidade brasileira, para compreendermos as expressões atuais configurações da precarização do trabalho no país. É uma aproximação de caráter teórico, que se fundamenta na apropriação da produção de autores que vêm discutindo a temática da precarização, e que lançam entendimento para os que almejam realizar uma análise crítica da referida problemática.

2.2 A precarização do trabalho no contexto de crise estrutural do capital na particularidade brasileira.

A reflexão teórica sobre a precarização do trabalho exige pensar a particularidade da realidade brasileira no contexto do desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente.

Conforme afirma Sampaio (2012), o regime do capital consolida-se na América Latina como um capitalismo dependente. Apoiado pelo Imperialismo norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação, dependência externa e segregação social, como alicerce fundamental da acumulação de capital na região. A superexploração do trabalho tornou-se parâmetro estratégico do padrão de acumulação.

É relevante destacar que a categoria superexploração da força de trabalho desenvolvida por Marini (2000), contribui para compreender a peculiaridade do capitalismo brasileiro. As reflexões de Marini explicitam a forma como a mais-valia manifestou-se em uma economia fomentada no excedente de mão de obra combinada com uma industrialização tardia. Neste sentido, a superexploração da força de trabalho está moldada na intensificação do trabalho, na prolongação da jornada de trabalho e na expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, configurando uma modalidade de produção fundada exclusivamente na exploração do trabalhador em contraposição ao desenvolvimento de sua capacidade produtiva, resultando no esgotamento sem precedente da força de trabalho (MARINI, 2000).

Na direção dessa reflexão particularizada sobre a exploração do trabalho no capitalismo periférico é que situamos também as particularidades da formação sócio histórica do Brasil. A "revolução burguesa" no Brasil, segundo Fernandes (2006), ocorreu em condições históricas, políticas, institucionais e sociais diferentes das observadas nos países imperialistas.

Segundo Fernandes (2006),

[...] ao se apelar para a noção de 'Revolução Burguesa', não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado dos povos europeus. Indaga - se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e porque se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se originou a modernização como processo social (FERNANDES, 2006, P.20-21).

Nesse sentido, referir-se à revolução burguesa no Brasil é interrogar-se sobre os agentes sociais que se ligam à universalização do trabalho assalariado, à expansão da sociedade de classes e à construção de uma economia de mercado em bases capitalistas.

[...] A "Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, culturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o ápice de sua evolução industrial" (FERNANDES, 2006, p.239).

Em uma palavra, pode-se afirmar que o capitalismo dependente é a maneira pela qual a revolução burguesa concretizou-se no Brasil.

De acordo com Fernandes (2006), trata-se de explicar a realidade brasileira, através de oposições binárias, cuja coexistência conflitante assinala a sua principal característica: entre o atrasado e o moderno, o rural e o urbano, a agricultura e a indústria, a sociedade brasileira encontra-se dividida, fragmentada por interesses antagônicos, porém contemporâneos.

Um modelo "dualista", como afirma o autor, reside em atribuir a cada um dos elementos dessas oposições a ação de um grupo social específico, que é então caracterizada de acordo com a sua orientação em relação à mudança histórica. De um lado, foram considerados reacionários, tradicionalistas ou conservadores, os proprietários de terras e os camponeses, acorrentados à terra e ao passado; de outro, foram designados como progressistas, os empresários e os trabalhadores, considerados como os agentes sociais impulsionadores da modernização e do desenvolvimento social e econômico.

Assim, a revolução burguesa no Brasil é difícil, pois precisa reproduzir condições econômicas, sociais e políticas extremamente adversas: para a classe trabalhadora, que é duplamente explorada e oprimida; e para as próprias burguesias locais que, embora sócias das burguesias hegemônicas, recebem uma parcela menor da distribuição global do excedente econômico.

O processo de industrialização latino-americano corresponde, portanto, segundo Fernandes (2006), a uma nova divisão internacional do trabalho que se configurava a partir da transferência de etapas inferiores da produção industrial para as formações sociais dependentes, reservando aos centros imperialistas as etapas

mais avançadas da indústria e o monopólio tecnológico. Dessa maneira, a economia mundial esboça uma nova hierarquização que reflete a posição relativa dos novos e antigos países industriais em seu interior.

De acordo com Marini (2000), apesar do avanço da industrialização em algumas economias periféricas, essas não conseguem superar sua condição dependente, uma vez que a introdução do progresso técnico não cria as condições para converter o padrão de reprodução do capital baseado na superexploração do trabalho em um padrão fundado, predominantemente, no aumento da capacidade produtiva do trabalho.

Nesse contexto, as condições do desenvolvimento do regime de acumulação capitalista brasileiro, a partir da sua inserção tardia no capitalismo contemporâneo, caracterizado pela superexploração da força de trabalho, torna – se condutora do processo de precarização.

Segundo Pereira (2009), a transição da República Oligárquica e a etapa da Revolução Burguesa brasileira promoveram transformações profundas na estrutura de classes da sociedade, na configuração do Estado e no sistema econômico no Brasil. O nosso estudo¹¹, embora não pretenda aprofundar esse debate, não pode adentrar na discussão da precarização do trabalho sem esboçar as grandes tendências do desenvolvimento capitalista (tardio) no Brasil, ou seja, não procuramos o detalhamento histórico do período, mas a determinação das características básicas do desenvolvimento capitalista brasileiro nessa etapa, demarcando a relação com as condições de estruturação do trabalho precário.

Pensar o desenvolvimento capitalista brasileiro requer destacar, como afirma Pereira (2009), as principais vias do chamado desenvolvimentismo que centrou-se na industrialização como via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; que um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado (intervencionismo); o planejamento

_

¹¹ Para essa discussão tomamos como referência autores como Francisco de Oliveira (2003), Prado Junior; Castelo (2012), Marini (2000), Sampaio (2012) e Pereira (2009), entre outros, os quais promovem o debate do desenvolvimento econômico brasileiro nesse período, politicamente engajada na defesa da industrialização, o chamado desenvolvimentismo.

estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente.

Para Pereira (2009), o "divisor de águas" entre as correntes que formavam o pensamento econômico brasileiro desenvolvimentista, era a conveniência ou não da intervenção do Estado na economia. Conforme afirma o autor esse cenário foi marcado ideologicamente, por um combate que se travava em duas frentes. Do lado das forças conservadoras, posicionavam-se as oligarquias agrário-exportadoras, a burguesia comercial importadora e exportadora, além do capital comercial e financeiro internacional. Do lado reformista, encontravam-se as novas forças sociais nascidas da expansão urbano-industrial do país, da qual faziam parte o crescente proletariado e o novo empresariado industrial, além da classe média (funcionários públicos, militares, intelectuais, entre outros).

No entanto, faltava ainda um corpo teórico que demonstrasse que a industrialização era o caminho mais fácil para "queimar" etapas e alcançar mais rápido o desenvolvimento. Essa nova instrumentalização teórica tornou-se finalmente possível com a criação da Comissão para a América Latina e Caribe - CEPAL, em 1948, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas um ano antes.

Segundo Pereira (2009),

A Cepal originou-se num contexto de insatisfação dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais fruto da falta de dólares para importar causada pelos anos de crise das exportações. Sediada em Santiago, no Chile, ao invés de ser apenas mais uma agência internacional inexpressiva como muitas já criadas, a Cepal se constituiria na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítico do liberalismo, que influenciaria toda uma geração de economistas (PEREIRA, 2009, p. 123).

Em suas linhas mais representativas como afirma Castelo e Prado (2012) a CEPAL, durante seus três lustros iniciais, isto é, entre 1949 e 1964 representou o resultado de uma política de planejamento econômico orquestrada e conduzida pelo

Estado, seja atuando diretamente como produtor de bens e serviços, seja como indutor de investimentos privados¹².

Oliveira (2003) apresenta suas argumentações criticando e mostrando a sua insatisfação quanto às interpretações sobre o pensamento socioeconômico latino - americano desenvolvido pela vertente cepalina. O autor vai dizer que o conceito de subdesenvolvido, com sua oposição polar de um setor "atrasado" para um setor "moderno" não se sustenta no plano da realidade, pois a mesma é constituída por uma ligação e organicidade entre as duas. Mantendo esse sistema, uma "unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado' [...]" (OLIVEIRA 2003, p.7). Esse "atraso", como suscita o autor, seria uma "produção" da expansão do capitalismo, tendo o "subdesenvolvimento" latino - americano se configurado para atender as necessidades por "uma reserva de acumulação primitiva do sistema global". [...] (OLIVEIRA 2003, p.8). De acordo com o autor, a teoria do subdesenvolvimento foi uma ideologia que serviu a interesses de uma nova classe hegemônica nacional de burgueses industriais, que classificaram o desenvolvimento econômico capitalista do Brasil como de "interesse nacional".

Para Oliveira (2003), a reformulação do aparelho e da ação estatal, como a regulamentação do trabalho assalariado, serviu para desmontar o modelo econômico agroexportador e para introduzir um novo modo de acumulação dependente. Neste sentido, a regulação entre o trabalho e o capital ocorrida através da Constituição das Leis Trabalhistas nos anos 1940, foi de extrema importância, pois serviu não como uma "medida artificial" ou "medida redistributiva" getulista, mas sim como uma medida que servia ao novo modelo de acumulação instalado a partir de 1930.

De acordo com o autor, tal modelo funcionou com a implantação de um "salário de subsistência", que atendia as necessidades da reprodução do capital e

¹² De acordo com os autores as forças de mercado, deixadas ao sabor da sua lógica interna, não seriam capazes de mudar o estado de coisa vigente. Seria necessária, portanto, a firme atuação de um agente externo ao mercado para o rompimento dos elos de dominação econômica, política e cultural que ligam a periferia ao centro. Para Castelo e Prado (2012), cabe destacar que o processo de industrialização e o planejamento estatal não previam o controle total da economia, como ocorria nas economias centralizadas socialistas. Uma das intenções era corrigir anomalias, desvios e suprir carências da otimização realizada pelos mercados. O Estado nacional era, assim, apontado como o agente social de transformação, preservando-se, todavia, uma autonomia relativa do empresariado.

formava o exército de reserva. Proporcionando assim, a liberdade do capital de se ver livre da ampla concorrência, de poder igualar os salários e de instaurar novas relações de trabalho no campo, fazendo com que trabalhadores migrem para as cidades, alimentando o seu "exército de reserva" ao mesmo tempo em que enfraquecia a formação de classe entre os trabalhadores.

Para Oliveira (2003), as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. No entanto, a população em geral, e especificamente a população que emergia para as cidades, necessitava ser transformada em "exército de reserva", adequado à reprodução do capital, necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava regular, o valor médio da força de trabalho, de outro lado, a legislação trabalhista reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não qualificados, e impedia ao contrário do que pensam muitos, a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho¹³.

Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de "mercado livre", na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a (OLIVEIRA, 2003, p.39).

Na sequência dessas reflexões é relevante destacar que o golpe civil militar ¹⁴ de 1964 resultou na consolidação de um modelo de desenvolvimento associado (dependente) ao capital internacional.

renda se torna ainda mais desigual explicitando ainda mais a exploração da força de trabalho.

¹³ Conforme afirma Oliveira (2003) nesse cenário o setor agropecuário contribui atuando em conjunto com o setor urbano industrial emergente, com sua mão-de-obra extremamente barata, além da migração de trabalhadores do campo para a cidade, mantendo uma produção de alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores da cidade. Isso tudo aliado ao modelo de Estado como regulador do composito estado do forma a pâr a modelo industrial para contra da cictama da

da economia, atuando de forma a pôr o modelo industrial no centro do sistema de acumulação, somado à precarização do trabalhador do campo e da cidade, demonstrando que na realidade são uma unidade e não antagônicos. O autor chama também a atenção para a questão do crescimento do emprego dos serviços ou do Terciário, acusado de "inchado" erroneamente, pois na realidade seria ele um crescimento que atendia a industrialização e a acumulação urbano-industrial, necessitada de infraestrutura e serviços que as cidades da época ainda não podiam cobrir. Nesse contexto, de acordo com o autor, serviços subalternizados e a intensa exploração da força de trabalho, contribui à acumulação e concentração de capital. Essa exploração se dá de maneira que enquanto o consumo pessoal cresce e a indústria recupera o seu dinamismo, ao mesmo tempo a

¹⁴ Conforme afirma Ianni (1975), a ditadura civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1984 caracterizou-se pelo alinhamento da economia nacional ao padrão de desenvolvimento capitalista em

Segundo Gennari; Oliveira (2009), o milagre econômico caracterizou-se por elevadas taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), como consequência do aumento dos investimentos estrangeiros, das importações de bens de capital, da dívida externa, da demanda interna por bens de consumo duráveis; das exportações e do ingresso de capital. Estava montado o cenário para o aumento do consumo de uma pequena parcela da população brasileira, as chamadas classes médias.

De acordo com os autores, o sucesso relativo do padrão estrutural baseado na produção de bens de consumo duráveis, num contexto de pobreza e miséria generalizada da população trabalhadora, se devia à crescente concentração de renda que assolava o país, ao aparente sucesso econômico logo sucedeu uma crise de grandes proporções. Somado à crise desencadeada no epicentro do capitalismo, os EUA, com sua crise de superprodução e queda nas taxas de lucros.

Com isso, conforme afirmam Gennari; Oliveira (2009), nos anos 1980 a ditadura militar entra em crise por conta das próprias contradições geradas pela consolidação do capitalismo monopolista e pelo avanço político e organizativo dos trabalhadores, terminando em 1985. Somado ao agravamento da crise, o crescente desemprego, a corrosão brutal dos salários, em um quadro de forte agudização da precarização do trabalho.

Segundo Marini (2000), a manutenção da superexploração do trabalho como elemento fundamental na própria dinâmica de reprodução da dependência tornou a preservação dos mecanismos de controle do conflito social e político uma necessidade intransponível para o capital. Pois, o capitalismo moderno se desenvolveu alimentando-se de formas socioeconômicas atrasadas, mantendo assim, as suas taxas de lucro e acumulação mediante a exploração e precarização da força de trabalho.

vigor nos anos 1960 e 1970, alinhamento este que se traduziu em autoritarismo do Estado (Atos Institucionais, censuras de toda ordem, repressão, torturas, ferrenha perseguição a opositores, tudo isso sob a vigência da Doutrina de Segurança Nacional), em um modelo econômico altamente concentrador de renda, que rompeu com certo equilíbrio existente entre o modelo político de tendências populistas e o modelo econômico de expansão da indústria vigentes no período anterior ao golpe civil-militar, em um conjunto de reformas políticas e institucionais que visavam a "reconstrução da nação" e a "restauração da ordem", tudo isso se encaminhando para o endurecimento do regime instalado, defendido como necessário para o "desenvolvimento" social e

١

econômico do país.

Essa lógica vem conduzindo o modelo de desenvolvimento econômico e social brasileiro que se agudiza, num contexto de expressivas transformações no mundo do trabalho, desencadeada pós 1970. Trata-se de estabelecer as mediações desse contexto com as tendências que têm impulsionado a precarização do trabalho, a partir das atuais relações da produção capitalista.

No Brasil a reestruturação produtiva acompanhada dos ajustes neoliberais, assumiu traços particulares vinculados às condições sócio - históricas do país, bem como as relações macroeconômicas estabelecidas pela mundialização do capital financeiro, na conjuntura da crise estrutural, responsável por acirrar o quadro de estagnação econômica e o aprofundamento da dependência econômica dos países periféricos.

De acordo com Alves (2007), o Brasil inseriu-se de forma subalterna no processo de mundialização do capital. Incorpora-se na dinâmica de um processo estrutural de precarização da classe do trabalho que marca a nova ordem sociometabólica do capital no plano mundial. As políticas neoliberais implementadas e o cenário macroeconômico de recessão e baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados, abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista, contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho, com elevação da taxa de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos.

Conforme análise de Soares (2001) no âmbito dessas políticas, priorizou-se a dinâmica do livre mercado, vinculadas diretamente a redução de investimentos públicos, com o argumento de que esses investimentos eram considerados entraves ao processo de modernização da economia. Valendo-se desse discurso às agências financeiras internacionais Banco Mundial e FMI passaram a orientar um Estado Mínimo para o trabalho e máximo para o capital, retraindo direitos sociais direcionando sua ação para políticas focalizadas de transferência de renda para as populações mais empobrecidas.

O auge da implantação dessas políticas, segundo Silva (2003), ocorreu a partir dos anos de 1990, nos Governos Collor de Melo, Itamar Franco e nos dois

mandatos de Fernando Henrique Cardoso - FHC, que promoveram uma ampla contrarreforma no Estado, como medida necessária para reverter os efeitos da crise fiscal e fortalecer a economia do país a fim de aumentar sua capacidade competitiva, face ao contexto de mundialização econômica. Foram aprovadas medidas político administrativas, com intuito de desregulamentar a economia, flexibilizar a legislação do trabalho, privatizar as empresas estatais e promover a abertura comercial do mercado internacional.

Na análise de Alves (2009), esse período demarca a articulação da hegemonia neoliberal na América Latina, com o Brasil sendo elemento-chave do "Consenso de Washington". Aliás, o elemento ideológico é, em si, uma mediação fundamental, na medida em que contribui para instaurar o ideário dos novos métodos de gestão de cariz toyotista. O autor enfatiza que utilizam-se de

Técnicas baseadas no envolvimento participativo de operários e empregados e, no plano da reprodução social, dos novos modos de sociabilidade, organizados a partir dos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado (ALVES, 2009, p.190).

Na medida em que se dissemina sob a era neoliberal, a ideologia de mercado, com suas implicações na prática social (e coletiva), precarizando-se a consciência social da classe do proletariado.

De acordo com Alves (2009), o avanço da política de abertura comercial significou a destruição de cadeias produtivas na indústria brasileira, com empresas sendo fechadas por não conseguirem concorrer com produtos estrangeiros, e, portanto, o crescimento do desemprego de massa.

De acordo com o autor.

nesse cenário, as grandes empresas foram obrigadas a intensificar a reestruturação produtiva colocando o sindicalismo na defensiva diante do cenário hostil de governos antissindicalistas, recessão econômica com desemprego crescente (ALVES, 2009, p.192).

Nesse contexto, verifica-se um movimento de inflexão descendente e queda significativa do rendimento¹⁵ real dos trabalhadores assalariados.

¹⁵ Evidencia-se uma queda gradativa dos rendimentos dos trabalhadores autônomos, constituídos em sua maior parte por assalariados informalizados, na medida em que ocorre um processo crescente de

Assim, conforme afirma Alves (2007), o início dos anos 2000 revela a agudização da crise econômica estrutural e os danos sociais da agenda neoliberal, que provocaram um baixo desempenho macroeconômico: baixas taxas de crescimento, desequilíbrios nos balanços de pagamentos (com graves crises cambiais), déficits públicos crescentes e aumento das dívidas públicas internas e externas. Além disso, os efeitos sobre expressões da "questão social" também foram desastrosos: aumento do desemprego estrutural e do pauperismo (absoluto e relativo), perda de direitos sociais básicos, com a precarização das relações trabalhistas, privatização de bens públicos e a redução de investimentos nas políticas de saúde, previdência e educação.

De modo que, a crise do modelo de desenvolvimento neoliberal, segundo Alves (2013) impulsionou a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento, denominado de neodesenvolvimentismo que emerge como uma suposta alternativa à crise do neoliberalismo a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores nos anos 2000.

Raichelis apud Castelo (2014) afirma que,

o neodesenvolvimentismo trata-se de uma tentativa das classes dominantes e seus ideólogos orgânicos, de traçar uma terceira via de desenvolvimento, criticando tanto o neoliberalismo, quanto o socialismo do século XXI (RAICHELIS APUD CASTELO, 2014, P.583).

Seguindo essa lógica, as principais investidas do neodesenvolvimentismo destacadas por Castelo foram: o aumento da massa salarial e do crédito para ampliação do consumo do mercado interno; e nas expressões mais agudas da "questão social", a política social de transferência de renda de larga abrangência e focalizada nas camadas mais miseráveis da nossa sociedade.

Pode-se perceber, em suma, que grande parte da agenda do novo desenvolvimentismo é, com ligeiras mudanças, uma apropriação consciente das antigas e desgastadas medidas neoliberais, destacando-se as garantias de reativação das taxas de lucro do grande capital e de transferência de quase metade dos recursos do orçamento público para as frações rentistas das classes dominantes (RAICHELIS APUD CASTELO, 2014, p.584).

Segundo Antunes (2000), o quadro político e institucional que se desenha nos anos 2000 no Brasil aprofunda a flexibilização produtiva do trabalho. As novas modalidades de exploração intensificadas do trabalho, combinadas com um relativo avanço tecnológico em um país dotado de um enorme mercado consumidor, tornaram-se elementos centrais da produção capitalista no país. A articulação complexa existente entre financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva, não poderia deixar de afetar profundamente a classe trabalhadora.

Desse modo, segundo Alves (2013), a reorganização do capitalismo brasileiro das últimas décadas têm como trajetória, primeiro o projeto desenvolvimentista, seguido pela ditadura, o neoliberalismo, depois com o neodesenvolvimentismo e atualmente com a retomada da ortodoxia neoliberal, implantada pelo governo golpista de Michel Temer.

O golpe jurídico-político-midiático, em 2016, que resultou no processo de impeachment da então presidenta reeleita Dilma Rousseff, levou a assunção do vice Michel Temer ao governo representando para a classe trabalhadora o mais duro golpe em curso da conjuntura histórica atual. Vivenciamos um aprofundamento do imperialismo, da dependência, da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores camponeses, precarização da classe do trabalho, com contrarreformas voltadas para o aumento da taxa de exploração laboral, a exemplo da terceirização ¹⁶ agravando ainda mais o desemprego estrutural ¹⁷.

-

Outro fator importante refere-se ao crescimento da terceirização e de acordo com Alves (2005), a terceirização tem gerado inúmeros benefícios para o capital, tais como diminuição das despesas administrativas, maior atenção às atividades estratégicas e melhor controle do trabalho. "Vale ressaltar que o processo de terceirização não se restringe às atividades industriais, uma vez que ela vem sendo utilizada nas contratações dos setores de serviços, do comércio, no setor público" (DRUCK, 1999, p.128). O fenômeno da terceirização atualmente tornou-se um dos elementos mais utilizado para exploração e precarização do trabalho, começando pela perda de direitos e garantias sociais trabalhistas historicamente conquistados pelos trabalhadores. Segundo Alves (2005) pesquisas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2007) apontam que a terceirização promove trabalho sem carteira assinada, aumento na jornada laboral, fragilidade ou mesmo perda na representação sindical, redução de salários, diminuição dos benefícios sociais, insalubridade e desqualificação. De fato, "a terceirização tem trazido como consequências uma quádrupla precarização: do trabalho, da saúde dos trabalhadores, do emprego e das ações coletivas." (DRUCK, 1999, p. 11).

¹⁷ Em relação ao desemprego, uma das grandes expressões do processo de precarização do trabalho, verifica-se um crescimento alarmante. Dados¹⁷ atuais do IBGE (2018) demonstram que o Brasil encerrou o ano de 2017 com 12,3 milhões de trabalhadores em busca de trabalho. A taxa

O desmonte que esse governo vem empreendendo implica fundamentalmente em ataques aos direitos sociais, pela via do ajuste fiscal e cortes no orçamento dos programas sociais. Com o apoio do Congresso Nacional foram aprovados o limite de gastos com saúde e educação, a utilização irrestrita da Terceirização para todas as atividades das empresas, incluindo o serviço público e, o desfecho final com da aprovação da Lei n. 13.467/17, a contrarreforma trabalhista uma ofensiva do capital e do Estado que aprofunda ainda mais a precarização do trabalho.

De acordo com o estudo publicado pela OIT (2017), foram realizadas reformas legislativas laborais e de mercado de trabalho em 110 países entre 2008 a 2014. O fundamento dessas iniciativas de reformas, no atual contexto, foi o de aumentar a competitividade das economias reduzindo o custo do trabalho e flexibilizar contratos de trabalho para gerar ocupações precárias.

O desmonte da legislação trabalhista no Brasil foi concretizado pela aprovação da Lei 13.467/2017, que coloca fim na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e impõe um retrocesso de mais de 150 anos nas relações de trabalho no país. Constitui-se num processo de contrarreforma que expressa o movimento de reorganização da acumulação capitalista, em que o trabalho precário é, e continua a ser visto, como o componente flexível a ser moldado para produzir mais, com menor apropriação da riqueza por quem produz. A nova legislação trabalhista reduz a classe trabalhadora a uma mercadoria sem direitos a: salários, jornada, férias, descanso, intervalos, adicionais, horas extras e os contratos intermitentes¹⁸ poderão ser adotados livremente pelo empregador¹⁹.

r

média de desocupação no mercado de trabalho brasileiro foi de 12,7%, a mais alta desde 2012, início da série de medições. Em relação a 2014, quando a taxa média de desocupação atingiu o menor patamar da série do IBGE, 6,8%, a diferença foi de 5,9 pontos percentuais O IBGE detectou também um recorde negativo no número de trabalhadores com carteira assinada no país. No primeiro trimestre de 2017 foram 33,4 milhões de trabalhadores com vínculo regulado, 12 milhões a menos de trabalhadores sem ter a carteira assinada, desde o início da pesquisa em 2012, em um ano 1,2 milhões de trabalhadores deixaram de trabalhar com registro, o que implica afirmar o cenário de precarização do trabalho, mediante a inserção de trabalhadores em contratos precários de emprego, inserção no mercado informal, subemprego e terceirização.

¹⁸ Contrato de Trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador (2017).

¹⁹ A nova legislação prevê o contrato de trabalho em tempo parcial alterando o seu limite atual de até 25 horas semanais para 36 horas semanais, sem possibilidade de pagamento de horas suplementares; reduz o alcance do dispositivo segundo o qual para trabalho igual, salário igual; amplia a possibilidade de parcelamento de férias; permite que a empregada gestante e lactante possa

De acordo com o Dossiê da Reforma Trabalhista (2017) essa contrarreforma, representa a precarização das relações de trabalho e retrocesso social profundo, com a legitimação de condutas incompatíveis com o conceito de trabalho digno consagrado na Constituição. Longe de constituir a modernização das relações de trabalho, as mudanças nos remetem ao liberalismo do século XIX.

As críticas à Reforma Trabalhista atual, formuladas por significativos setores da sociedade, devem-se à real intensificação da precarização das relações de trabalho permitindo reduzir drasticamente o custo do valor-trabalho, mediante sua extrema precarização em todas as dimensões possíveis, com evidente, flexibilização das relações de trabalho, rebaixamento do salários em resposta às necessidades do capital de ampliação de seus lucros com base na potencialização do trabalho como mercadoria.

As novas modalidades de contratação previstas ferem de morte o sistema de proteção social conquistado ao longo da história de lutas dos trabalhadores brasileiros.

Conforme as análises do Dossiê da Reforma Trabalhista (2017), podemos compreender que economias periféricas ou dependentes do capitalismo internacional, como é o caso do Brasil, a exploração da força de trabalho, torna-se demanda indispensável do capitalismo global a sua acumulação em seus níveis máximos, principalmente nos locais onde as resistências dos trabalhadores são cada vez mais frágeis frente ao "despotismo do capital". Por isso mesmo, ao pretender revisar ou revogar a legislação trabalhista protetiva, o Estado e a burguesia estão convictos de que a medida, além de se mostrar adequada para a conjuntura econômica internacional, enfrentará menor resistência onde predomina na interpretação de Marini (2000) uma superexploração do trabalho, nas nações de capitalismo tardio, dependente, de natureza colonial-escravista e de forte preconceito contra o valor do trabalho.

trabalhar em locais insalubres; acaba com a contribuição sindical obrigatória, sem substituí-la por qualquer outra fonte previsível de financiamento dos sindicatos; e estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado, mesmo com condições inferiores, entre outras disposições.

Na análise de Alves (2009) a reestruturação capitalista no Brasil vem constituindo ao longo das últimas décadas, uma nova "morfologia social de acumulação capitalista" (ALVES, 2009). Os elementos de precarização do trabalho indicados antes moldaram o mundo do trabalho no Brasil com uma peculiar precariedade estrutural de longa data, seja no plano objetivo, seja no plano da subjetividade (e consciência) de classe.

É por isso que atualmente de acordo com o autor, em tempos de crise estrutural de civilização do capital, intensa exploração, precarização do trabalho, fazse necessário mais do que nunca, a luta de classe se impor no plano ideológico da consciência, como elemento de resistência estratégica visando desmontar as ilusões liberais ou social-democratas, que imaginam ser possível um capitalismo humanizado.

Conforme Alves (2014) urge a necessidade de afirmar os valores do socialismo e resgatar a tarefa política de democratização radical da sociedade capaz de resgatar efetivamente a dignidade da pessoa humana que trabalha e o potencial revolucionário da classe trabalhadora.

Os aspectos sintetizados até momento constituem-se num esforço de apreender as tendências da precarização do trabalho, no contexto de crise do capital considerando a particularidade brasileira neste movimento de transformações do mundo do trabalho. Apresenta-se como uma mediação necessária para compreender como o Serviço Social tem se apropriado do debate sobre a categoria precarização do trabalho.

As reflexões a seguir trazem elementos analíticos fundamentais para também fazermos uma apreensão da concepção de precarização que está presente no debate teórico da profissão.

3. O DEBATE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE GIOVANNI ALVES E RICARDO ANTUNES

As reflexões deste capítulo procuram articular as abordagens desenvolvidas anteriormente, que delineiam a natureza da precarização do trabalho manifesta na reestruturação produtiva do capital e na formação do Estado neoliberal no país, e as contribuições deste debate para os estudos no âmbito da formação acadêmica e profissional do Serviço Social.

Nesse sentido, destacaremos as contribuições dos estudos de Giovanni Alves e Ricardo Antunes no debate sobre a concepção de precarização do trabalho que predomina na literatura no âmbito da profissão. A trajetória acadêmica desses estudiosos vem dando visibilidade ao tema do trabalho. Giovanni Alves é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, livre-docente em Sociologia e professor da Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, campus de Marília. É pesquisador do CNPq com bolsa-produtividade em pesquisa e coordenador da Rede de Estudos do Trabalho (RET), do Projeto Tela Crítica e outros núcleos de pesquisa reunidos em seu site giovannialves.org. Autor de vários livros e artigos sobre o tema trabalho e sociabilidade, entre os quais "O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva crise do sindicalismo" (2000), "Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório" (2011) e "Dimensões da Precarização do Trabalho" (2013). Ricardo Antunes é considerado um dos principais nomes da Sociologia do Trabalho no Brasil, professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), coordenador da coleção "Mundo do trabalho", que agrega várias publicações como: "Rigueza e miséria do trabalho no Brasil" (2007), já vários com publicados, "Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual" (2009), "Adeus ao trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho" (1995), "Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho" (1999) e "O caracol e sua concha" (2005), referências bibliográficas frequentemente utilizadas pelo serviço Social.

Ressaltamos que as obras desses autores subsidiam o debate sobre a centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, visto que são autores de filiação marxista, que atualizam os elementos analíticos fundamentais para discussão da precarização do trabalho na atualidade.

No âmbito do Serviço Social as contribuições desses autores tem assumido relevância, pois a temática trabalho ocupa lugar de destaque, em especial quanto ao projeto de formação profissional expresso nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, sendo eixo norteador na interpretação das relações sociais da ordem burguesa. Consideramos que a produção teórica desses autores tem influenciado o debate da precarização do trabalho no Serviço Social, haja vista que são amplamente citados em boa parte das produções científicas da área, demonstrando uma interlocução com os estudos dos referidos autores.

Neste sentido, o conteúdo desse capítulo apresenta a concepção de precarização do trabalho que tem norteado o debate do tema no âmbito da profissão e estão presentes em publicações consideradas da área de Serviço Social. Serão destacados os artigos publicados pelos referidos autores nas revistas Serviço Social e Sociedade, Katálysis e Temporalis, disponíveis *on line* de 2009 à 2016, além de suas obras literárias presentes como referências na literatura do Serviço Social.

As publicações destacadas de Giovanni Alves são: "Entrevista com Giovanni Alves" (2016) publicada na Revista Temporalis; "Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal - Precarização do trabalho e redundância salarial" (2009), publicada na Revista Katálysis. Incluímos também as obras já publicadas de circulação nacional, como: "Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho" (2007); Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaios de sociologia do trabalho (2013); "O Novo e Precário Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo" (2005); e "A condição de Proletariado: a precarização do trabalho no capitalismo global" (2009).

As publicações de Ricardo Antunes selecionadas foram: "A crise o desemprego e alguns desafios atuais" (2010); "Os modos de ser da Informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?" (2011); "A sociedade de adoecimentos do trabalho" (2015) essas três publicadas na Revista Serviço Social e Sociedade; "As configurações do Trabalho na Sociedade Capitalista" (2009)

publicada na revista Katálysis. Também incluímos as obras já publicadas de circulação nacional: "Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho" (2006); "Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e afirmação do trabalho" (2005); O Continente do Labor (2009); "Inforproletários: degradação real do trabalho virtual" (2009).

A partir desta seleção bibliográfica apreendemos a concepção de precarização do trabalho presente no conjunto das reflexões empreendidas pelos autores selecionados para este estudo.

3.1. A precarização do trabalho: o debate enquanto categoria teórica

É oportuno recordar que, de acordo com Alves (2007), a crise estrutural do capital eclodida na década de 1970, que se arrasta aos dias atuais sem perspectivas de superação, é a indutora do crescente desemprego estrutural, que tem na precarização das condições de trabalho, na flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas, estratégias intrínsecas do atual desenvolvimento do capital.

Nesses termos, segundo Alves (2007), a precarização possui um significado concreto: ela impacta o centro organizado do mundo do trabalho que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma de controle sobre suas condições de existência através de mediações jurídica-política. A precarização atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da "flexibilização" do trabalho vivo, de formas históricas de precariedade social.

Para aprofundar esse debate, as reflexões de Alves que centralizam a precarização do trabalho vem sendo construídas no conjunto das análises do próprio modo de produção capitalista. Nesta direção ele afirma que

A precarização do trabalho é um traço estrutural do modo de produção capitalista, possuindo, entretanto, formas de ser no plano da efetividade histórica (ALVES, 2013, p.236).

O autor considera que a redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das transformações sociais do mundo do trabalho. Alves insere o fenômeno da precarização num conjunto de determinações e afirma que

[...] nas últimas décadas de capitalismo global ocorreram dois grandes fatos históricos que incidem sobre a forma de ser histórica da precarização do trabalho: a emergência da maquinofatura, produto das revoluções tecnológicas do capitalismo tardio, e a emergência da crise estrutural de valorização do valor, decorrente fundamentalmente do aumento da composição orgânica do capital (ALVES, 2013, p.236).

Esses dois fatos históricos, "a maquinofatura²⁰ e a crise estrutural de valorização do valor, [...] alteraram efetivamente os termos e modos de ser da precarização do trabalho" (ALVES, 2013, p.236). Inclusive, contribuindo para que a precarização da força de trabalho subsumida ao sistema de máquinas assumisse a caracterização de precarização estrutural do trabalho.

Conforme circunscreve o autor,

[...], trata-se da forma radical de dominação do capital como sistema sociometabólico [...] o capital atinge seu limite radical, isto é, o capital atinge a sua própria raiz, o homem, ou melhor, as relações sociais no sentido da constituição/deformação do sujeito histórico homem - que - trabalha. Constitui uma nova forma de precarização que perpassa as experiências vividas de trabalhadores (as), na sua vida cotidiana e que diz respeito à própria práxis humana (Alves 2013, p 26).

Deste modo, segundo o autor, a precarização estrutural do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo mundial, seria não apenas "precarização do trabalho" no sentido de precarização da simples força de trabalho como mercadoria, mas seria também, "precarização do homem que trabalha", no sentido de desestabilização do homem como ser genérico.

Alves (2013) afirma que, esse novo caráter da precarização do trabalho que surge com a nova precariedade salarial vigente no capitalismo mundializado, ao alterar a dinâmica do funcionamento entre os "espaço-tempo de vida" e "espaço-tempo de trabalho", em virtude da desregulação da jornada de trabalho, destrói o "espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos" aprofundando, deste modo, a alienação do homem que trabalha.

_

²⁰ O surgimento da maquinofatura nos últimos trinta anos de desenvolvimento do capitalismo histórico decorreu de processos histórico de luta de classes e de mutações técnicas no processo de acumulação capitalista com a III Revolução Industrial e suas revoluções tecnológicas. A maquinofatura implica tanto processos históricos de dessubjetivação de classe, quanto processo de desenvolvimento da nova base técnica informacional no capitalismo global. A maquinofatura repõe a subsunção formal no interior da subsunção real do homem ao capital (ALVES, 2013).

Para nos ajudar a compreender esse processo, o autor justifica que na medida em que ocorre a precarização do trabalho vivo como força de trabalho-mercadoria, que inclui, precarização salarial, precarização das condições de exploração, ocorre também a precarização do trabalho vivo como ser humanogenérico ou precarização das condições de existência humana no âmbito da objetividade, subjetividade do "homem-que-trabalha".

O autor cita como exemplo, a precarização da consciência humana (certeza de si, percepção e entendimento) e o processo de dessubjetivação de classe tem um impacto na capacidade de luta de classe, elemento-chave para a correlação de forças entre capital e trabalho no enfrentamento visando à demarcação das condições salariais, condições de venda e uso da força de trabalho. A precarização do homem-que-trabalha é efetivamente a precarização da consciência humana, traço definidor do homem enquanto ser social.

Neste sentido, Alves adentra na discussão da precarização do trabalho com a nova temporalidade histórica do capital, onde a precarização torna-se um elemento estrutural da ordem mundial do capitalismo atual.

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da flexibilização do trabalho, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados indispensáveis à produção do capital (ALVES, 2007, p126).

Alves (2005) analisa os impactos da chamada acumulação flexível no Brasil, indicando o quanto as modificações técnico-organizacionais afetaram objetiva e subjetivamente o modo de ser dos trabalhadores, contribuíram para a precarização do trabalho, para o desmonte da luta de classes configurando desta forma, no novo e precário mundo do trabalho.

A partir de suas análises entendemos que na medida em que fragmentam –se as resistências sociais e políticas do trabalho organizado ampliam-se as bases objetivas (e subjetivas) da sua precarização e o Brasil incorpora-se na dinâmica de um processo estrutural de precarização da classe do trabalho. Como assinala o autor, a experiência da precarização do trabalho no país que emerge numa textura

histórica específica a temporalidade neoliberal possui como base objetiva, "a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa" [...] (ALVES, 2007, p.103).

Os métodos baseados no envolvimento participativo de operários e empregados e, no plano da reprodução social, dos novos modos de sociabilidade, organizados a partir dos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. Na medida em que se dissemina sob a era neoliberal, a ideologia de mercado, com suas implicações na prática social (e coletiva), 'precariza-se', de certo modo, a consciência social da classe do proletariado (ALVES, 2009, p.190).

As estratégias de participação baseados na nova organização do trabalho incorpora um novo vocabulário: "trabalhadores assalariados, operários ou empregados tornam-se colaboradores" (ALVES, 2010, p.06). Esses novos colaboradores são membros da equipe de trabalho que visa o cumprimento de metas. A ideia de gestão de pessoas implica disseminar valores, sonhos, expectativas e aspirações de ascensão profissional e participação dos lucros da empresa, métodos que dispute o trabalho flexível.

Ao lado do novo arcabouço tecnológico de cariz informacional, tanto nas instâncias do consumo quanto da produção, temos a presença nos locais de trabalho reestruturados, de novos métodos de gestão e organização da produção visando adaptar homens e mulheres às novas rotinas do trabalho (ALVES, 2010, p.06).

Para Alves (2016), hoje a precarização do trabalho atinge inclusive as camadas médias. Os novos métodos de gestão flexível do trabalho têm contribuído para intensificar a precarização entre esses trabalhadores, os quais, em sua grande maioria não se reconhecem enquanto classe do trabalho, à exemplo os agentes públicos, que têm uma vinculação com o poder. A dinâmica de cariz toyotista que tem sido implementada em diversos setores produtivos, como também, no setor de serviços públicos e privados, tem contribuído para a intensificação da precarização do trabalho desses profissionais.

Conforme afirma o autor são trabalhadores altamente qualificados profissionalmente, mas sofrem a alienação do capital, o que os impedem de reconhecer a consciência de classe, devido há um impedimento objetivo dessa

consciência, que depende muito de mediações no plano da divisão social. Como são sujeitos que possuem muito *status*, prestígio, um bom nível de consumo, vivenciam um fetichismo da mercadoria que impede esses trabalhadores médios, de classe média, consigam fazer a crítica do capital.

Em linhas gerais recuperando as contribuições das análises de Alves sobre o debate da precarização do trabalho, podemos apreender a partir de suas reflexões sobre o tema, enfatizando a realidade brasileira nesse processo, é que pode-se constatar que o desenvolvimento e avanço do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil e na ordem mundial, utilizando como estratégia a flexibilização, com mudanças no processo produtivo, contribuíram para o processo de agudização do processo de precarização do trabalho.

Ocorre uma precarização salarial, no que tange a precarização das condições salariais propriamente ditas contrato, remuneração e jornada de trabalho, precarização das condições de trabalho por conta das mudanças na organização e gestão da força de trabalho como mercadoria, com a implantação do novo arcabouço tecnológico informacional, que contribui para a intensificação das rotinas de trabalho e reforça o controle e envolvimento do trabalho vivo no processo produtivo do capital. Também, a precarização-do-homem-que-trabalha como ser humano-genérico. Nesse caso, a precarização do homem-que-trabalha ocorre no plano da subjetividade humana por conta das novas condições salariais de exploração/espoliação da força de trabalho.

Em síntese, ainda retomando as análises de Alves, podemos entender que, a política neoliberal implementada a partir do contexto histórico da década de 1990 presente até os dias atuais, significou a precarização do trabalho em todos os sentidos, crescimento do desemprego aberto, proliferação dos estatutos salariais precários, intensificação do trabalho, terceirização e incremento da "captura" da subjetividade de empregados e operários nos locais de trabalho. Desse modo, a profunda precarização do trabalho como expressão da aguda crise estrutural do capital, é sinônimo de um sistema de metabolismo social baseado na precariedade social do trabalho e que expõe cada vez mais seus limites estruturais, demonstrando ser incapaz de conter o processo civilizatório de humanidade.

As reflexões de Ricardo Antunes também são fomentadas dentro do campo da análise marxista que situam as principais tendências da reestruturação do capital sob a égide da mundialização, apontando a centralidade da precarização do trabalho como estratégia do capital de superação da sua crise estrutural.

De acordo com Antunes (2006), o mundo do trabalho vem sofrendo profundas mudanças no processo de produção do capital, por meio do avanço tecnológico e da constituição do modelo de acumulação flexível, com implicações diretas no processo de trabalho. Nesse contexto, o capital em escala mundial vem redefinindo novos e velhos traços do trabalho, mais claramente, o trabalho precário, com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação e controle do capital.

Essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical (ANTUNES, 2006, P.181).

Conforme Antunes (2009), a flexibilização do trabalho é um dos principais elementos nesse contexto de reestruturação, havendo um incremento maior das modalidades de trabalho flexível: "do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, terceirizados, subcontratados, *part - time* entre outros" (ANTUNES, 2009, p 235). . Decorre também, uma significativa expansão dos assalariados médios e de serviços, que permitiu a incorporação de amplos contingentes advindos do processo de reestruturação produtiva industrial e também da desindustrialização. "Tendo como consequência a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc.". (ANTUNES, 2005, p.111). Configurando o intenso processo de precarização estrutural do trabalho.

A flexibilização pode ser entendida como "liberdade da empresa" para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2009p. 234).

É necessário entender que de acordo com as análises de Antunes, a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a "classe - que-vive-do-trabalho" (2005), e que são despossuídos dos meios de produção. Esse conjunto de transformações decorrentes da reestruturação capitalista alterou em alguma medida a forma de ser da classe trabalhadora. A mesma "fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se" ainda mais, não caminhando para a sua eliminação, mas para o aprofundamento da sua precarização.

Precarização que se manifesta, vale explicitar, na intensificação dos ritmos e movimentos do trabalho, nas "responsabilizações", nas "individualizações" e "envolvimentos" dos novos "colaboradores", "parceiros", "consultores", nas cobranças, nos preceitos e definições das "metas" e das "competências" que hoje avassalam o universo discursivo do capital, permeado por um produtivismo típico da era da "mercadorização do mundo (ANTUNES,2009, p.132).

Em verdade, intensificaram-se e ampliaram-se as formas geradoras do valor. "Articulando um maquinário altamente avançado de tecnologia [...], com a exigência, feita pelos capitais, de buscar maiores "qualificações" e "competências" da força de trabalho" (ANTUNES, 2009, p.131).

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador "polivalente e multifuncional" da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje estão presenciando as formas precárias de emprego, temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2006, p.184).

O crescimento generalizado do desemprego estrutural em escala mundial configura como a mais aguda e trágica expressão presente no mundo do trabalho. É o desemprego estrutural que elimina postos de trabalho, substitui trabalho vivo por trabalho morto e que exclui jovens, mulheres e homens de meia idade do mercado de trabalho, colocando um grande número de trabalhadores nas ruas à procura de alguma ocupação, contribuindo para potencializar a maior exploração e precarização da força de trabalho em atividade.

Nesse cenário Antunes (2011) afirma que, a informalização do trabalho torna-se, então, um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital dos

nossos dias, uma vez que se torna cada vez mais permanente no atual estágio capitalista.

Para o autor, a informalidade demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado.

Os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos trabalhistas. As "cooperativas" patronais tornam-se, então, contemporaneamente, verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a consequente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do "empreendedorismo", que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativo. (ANTUNES 2011, p.411).

De acordo com Antunes (2011), a informalidade deixa de ser uma exceção para tornar-se uma regra, caracterizada por um "processo tendencial de precarização estrutural do trabalho". O autor afirma que a forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária caracterizada por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, garantidos pela seguridade social, sendo que se esses trabalhadores ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda.

O autor enfatiza que a informalidade, em suas diferentes modalidades de trabalho, supõe sempre a ruptura com os laços de contratação e regulação formal da força de trabalho, sua manutenção expressa o trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara relação com a precarização. Acrescenta ainda que a flexibilização e a informalização da força de trabalho são caminhos seguros, utilizados pelo capital, para ampliar a intensificação e a exploração, da força de trabalho.

Outro enfoque que é importante destacar nas reflexões de Antunes, diz respeito ao fenômeno da terceirização e sua relação direta com fenômeno da precarização estrutural do trabalho.

Conforme afirma Antunes (2015), a terceirização tornou-se um elemento estratégico central implementado pelas empresas para reduzir os custos e aumentar a produtividade, pelas formas acentuadas de subcontratação, pela redução

significativa da remuneração da força de trabalho, pelo descumprimento dos direitos trabalhistas e pelo enfraquecimento da organização sindical.

A importância desse mecanismo de contratação, entre outros aspectos, deve-se ao fato de, ao dissimular as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho, convertendo-as em relações interempresas, viabiliza maior flexibilidade das relações de trabalho, impondo aos trabalhadores contratos por tempo determinado, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, contribuindo para a intensificação da precarização do trabalho (ANTUNES, 2015, p. 420).

A terceirização como expressão da precarização estrutural do trabalho tem contribuído de forma significativa para a deterioração das condições de saúde e segurança no trabalho no Brasil. De acordo com o autor vários estudos de casos revelam o quanto os terceirizados são os mais vulneráveis e como os riscos e de acidentes têm sido maiores. É o caso de setores estratégicos, como os de energia elétrica, extração e refino de petróleo e siderurgia.

Conforme analisa o autor, as empresas terceirizam para transferir os riscos para os trabalhadores, desobrigando-se de cumprir e seguir as exigências da legislação e dos direitos trabalhistas, que se tornam de responsabilidade das empresas terceirizadas. O resultado disso é a constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho, demonstrando que não existem limites para a precarização, mas apenas formas diferenciadas de sua manifestação.

A partir dessas reflexões apreendermos que Antunes, nesse amplo campo de estudos sobre a precarização, tem demonstrado que em resposta aos obstáculos impostos ao processo de acumulação do capital, a partir das últimas décadas de século XX, identifica um conjunto de medidas, articuladoras de velhas e novas formas de exploração do trabalho, que passaram a redesenhar a divisão internacional do trabalho, alterando também de forma significativa a composição da classe trabalhadora em nível mundial.

E neste contexto, segundo Antunes (2010), caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que se particulariza uma forma de intensificação do trabalho. Do ponto de vista do autor, a precarização pode ser entendida como processo contraditório que desperta tanto resistências por parte dos trabalhadores como, tendencialmente, apresenta-se como processo contínuo, cujos mecanismos de imposição entrelaçam-se com as necessidades permanentes de valorização de

capital e autorreprodução do sistema. "Querem de todo modo, fazer proliferar as distintas formas de trabalho precarizado" (ANTUNES, 2010. p. 634).

De acordo com o autor a flexibilização, a informalização, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo e de serviços, que estão em pleno curso no Brasil e no mundo, são a tônica da relação capital e trabalho. Isso tem caracterizado um processo de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior preservando os imperativos destrutivos do capital.

Segundo o pensamento do autor todos esses fatores nos obrigam a refletir, imaginar e pensar numa outra forma de sociabilidade "para além do capital", capaz de resgatar o sentido humano e social da produção, desestruturando o capitalismo, a partir da reorganização política do trabalho, desse modo, gerando as condições sociais para a evolução de uma subjetividade emancipada.

Nessa perspectiva nos reportamos a interlocução com Giovanni Alves e Ricardo Antunes a fim de fornecer subsídios teóricos mais substanciais para nortear esta relevante discussão teórica, a partir de suas publicações e obras clássicas, as quais possuem expressiva relevância e significado especial para o Serviço Social, assim como, nos mais diversos espaços como: nas universidades, nos movimentos sociais, nos sindicatos dos trabalhadores e nos espaços de vinculação a frente de esquerda, entre outros, a partir do reconhecimento da centralidade da classe trabalhadora.

Observamos termo precarização tem sido empregado, que 0 contemporaneamente, em uma diversidade de terminologias empregadas pelos autores aqui referenciados e tantos outros da literatura do trabalho, 'precarização do trabalho', 'precarização estrutural do trabalho', 'precarização da força de trabalho', 'precarização do homem que trabalha', etc. O que nos levanta questionamentos de como essas terminologias podem influenciar na compreensão do determinado tema, sobre a consciência de classe dos trabalhadores. Essa problemática, embora não seja abordada diretamente nesse trabalho é uma discussão pertinente a qual nos aporta para novas reflexões. Essa investigação sobre a precarização do trabalho demonstra que é necessário ainda mais aprofundar os estudos neste campo de forma a compreender as percepções incorporadas neste contexto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões expressas neste estudo não tem o intuito de almejar conclusões definitivas sobre a temática abordada, por se tratar de um processo dinâmico que não se esgota, desenvolvido dialeticamente em constantes transformações. Nessa perspectiva, a finalidade foi identificar a contribuição das obras de Ricardo Antunes e Giovanni Alves presentes no debate contemporâneo, a cerca da precarização do trabalho no contexto de crise do capital, o qual tem auxiliado na formação acadêmica e profissional do Serviço Social.

Ao adotar esses autores como referência analítica, o Serviço Social possibilita a ampliação de suas competências teóricas, investigativas, políticas e operativas, pois a teoria social crítica adotada por eles indica os elementos que auxiliam na compreensão da realidade, instrumentalizando para uma ação consciente dos sujeitos. Neste sentido, possibilita a profissão desenvolver pesquisas acerca da natureza de sua formação, de sua história, de sua intervenção e, especialmente, acerca da realidade econômica, política, social e cultural onde se inscreve como profissão na divisão social e técnica do trabalho.

Portanto, podemos afirmar que os estudos de Giovanni Alves e Ricardo Antunes possuem um rigor teórico que funciona como fio condutor para a produção de conhecimento do Serviço Social, quando nos referimos à centralidade do debate da categoria trabalho e o processo de precarização. De fato conseguimos identificar suas concepções em importantes publicações da área do Serviço Social, sejam em revistas, sejam em suas importantes obras literárias, contribuindo para uma importante interlocução com outras áreas do conhecimento.

Após os estudos realizados, assim como, as discussões acerca do tema da precarização do trabalho podemos identificar que Alves e Antunes possuem uma afinidade em suas concepções, ao promoverem a discussão do mundo do trabalho nas condições históricas do capitalismo global em sua etapa de crise estrutural, uma relevante análise sobre as transformações societárias ocorridas no decorrer das

últimas décadas caracterizadas pela precarização estrutural do trabalho e pelo desemprego estrutural no contexto da mundialização e financeirização do capital.

Diante das extensas, reconhecidas e respeitadas obras desses autores essas inflexões que emergiram sobre a égide do novo sistema sóciometabólico do capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subempregado, desempregado, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham. Os dois autores publicaram juntos o artigo "As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital" (2004), tendo como objetivo analisar as principais mutações na objetividade e subjetividade do mundo do trabalho, demonstrando a interlocução e a capacidade de diálogo entre eles.

Ficou evidenciado que para os autores a nova dinâmica imposta pela reestruturação produtiva contribuiu para a constituição de um cenário de degradação da classe trabalhadora, implicando também a precarização-do-homem-que-trabalha como ser humano-genérico. O processo de precarização do trabalho assume dimensões complexas, a flexibilização do trabalho, o aumento da informalidade e da terceirização, a perda do poder de barganha sindical, o crescimento do desemprego estrutural, definitivamente, compõe parte desse processo tornando-se uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições precários e sem garantias.

Identificamos também que esses autores a partir das abordagens teóricas ancoradas em Marx e seus percussores consideram o papel central da classe trabalhadora enquanto classe revolucionária nas lutas pautadas pela transformação social do sistema capitalista visualizando na organização política e social do trabalho um horizonte real para a emancipação humana e para o socialismo.

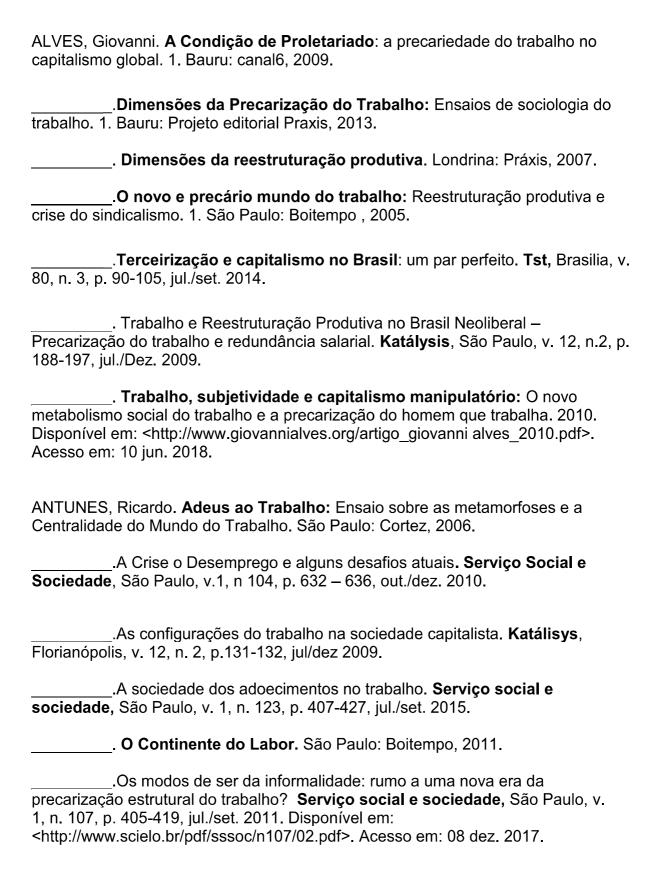
Desta forma entendemos que a discussão da precarização do trabalho, a partir da exposição aqui apresentada com destaque para o debate promovido pelos autores aqui referendados, são fundamentais para fomentar e subsidiar o debate pertinente sobre a categoria trabalho, bem como, trazem elementos analíticos essenciais, para também fazermos a discussão do trabalho do assistente social, enquanto trabalhador/a inserido na divisão social do trabalho, na condição de trabalhador/a assalariado/a e que se defronta no seu cotidiano com as manifestações concretas do mundo do trabalho.

Acreditamos que para o Serviço Social torna-se fundamental a apropriação qualificada do debate da precarização e da centralidade da categoria trabalhado,

tendo em vista o contexto adverso que vivenciamos considerando o projeto político da profissão assumindo uma posição estratégica de resistência que vai além do próprio Serviço Social.

Nessa perspectiva conforme ficou constatado nesse estudo a relevância contribuição do debate proposto por Alves e Antunes que perpassa pela formação profissional e acadêmica dos assistentes sociais, assim como, de todos os trabalhadores, pesquisadores, estudantes que acreditam e lutam cotidianamente na possibilidade de superação da ordem capitalista e pela construção de uma sociedade livre de exploração.

REFERÊNCIAS



Os sentidos do trabalho : Ensaios sobre a afirmação e a negação d	0
abalho. 1. São Paulo: Boitempo, 1999.	
.Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal. In: GENTILI, Pa	ablo
FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na	
ducação e no Trabalho. São Paulo: Cortez - p. 35-48.	

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e sociedade,** Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago 2004.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Inforproletariado:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. **Reestruturação do capital:** Um estudo sobre a crise contemporânea. 1. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1987.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 1998. 284 p.

CASTELO. Rodrigo; PRADO, Fernando Correa. Para a crítica da economia política desenvolvi- mentista: aproximações heterodoxas ao marxismo latino-americano. Trabalho apresen- tado no I Seminário de Crítica da Economia Política, Teófilo Otoni (UFVJM), 28-30 de março 2012.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital: 1. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMA, Jeferson. A crise de 1929 e a Grande Depressão. **Pstu.** São Paulo,. 22 out. 2008. Disponível em: https://www.pstu.org.br/a-crise-de-1929-e-a-grande-depressao>. Acesso em: 27 jul. 2018.

DIEESE. A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no **Brasil.** 2017. Disponível em:

https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____.Reduzir a jornada de trabalho é gerar empregos de qualidade. Nota Técnica, n. 57, nov. 2007. Disponível em:

http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec57Jornada Trabalho.pdf.Acesso em: 18 Março. 2018.

DOSSIÊ REFORMA TRABALHISTA (Brasil) (Org.). **Contribuição crítica à reforma trabalhista.** 2017. Disponível em:

https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Reformatrabalhista.pdf. Acesso em: 23 mar. 2017.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (Des) Fordizando a Fábrica**: um estudo do complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo (1999).

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**: Desemprego no Brasil. Brasilia: Ibge, 2018.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GENNARI, Adilson Marques; OLIVEIRA, Roberson de **História do Pensamento Econômico.** São Paulo: Saraiva, 2009.

GORENDER, Jacob; ALMEIDA, Josué de. **Manual de Economia Política.** Rio de Janeiro: Vitória, 1961. Disponível em:

https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/index.htm280. Acesso em: 28 jul. 2018.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola (1992).

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**: os Fatos e sua Interpretação Marxista. Tradução: Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio, 1990.

------ O capitalismo tardio. São Paulo, Nova Cultural, 1982.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. **A logística da precarização**: terceirização do trabalho na Honda do Brasil. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARINI, Ruy. M., As razões do neodesenvolvimentismo. In: Dialética da Dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; org. Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para La crítica de La economia política: borrador 1857-1858. v. 2. México: Siglo Veintiuno, 1986. p. 227-237.

-----. **O capital:** Crítica a economia política. 1. Tradução. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

O capital 2: Critica a economia política. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital: 1. São Paulo: Boitempo, 2009.

NASCIMENTO, Sara Diniz. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporales**, Brasilia, v. 1, n. 28, p.39-56, jul. 2014. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/6779/6145. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____.Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____.**Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. 1. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NETTO, Jose Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução Critica. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista**: o Ornitorrinco, São Paulo, Boitempo, 2003.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da "crise" do estado. **Temporalis**, Brasilia, v. 1, n. 15, p. 01-13, jan./jun. 2009.

PEREIRA, João Marcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). 2009. 382 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

RAICHELIS, Raquel. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 119, p.583-591, jul. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n119/a09n119.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SILVA, Ilses Gomes. Democracia e participação na "reforma" do estado. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina.** São Paulo: Vozes, 2001.

SUIÇA. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. . **Relatório Tendências Mundiais do Emprego 2010.**Genebra: Oit, 2010.

VASAPOLLO, Luciano. **A Europa do capital**: transformações do trabalho e competição global. 1. São Paulo: Xamã, 2004.